

Echoenergia

Participações S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Echoenergia Participações S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Echoenergia Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Echoenergia Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do ressarcimento a pagar e/ou a receber nos contratos de geração de energia elétrica

Veja a Nota 1.1, 4 (e), 18, 23 e 30 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta em suas demonstrações financeiras consolidadas, saldos de ressarcimentos a pagar e a receber por déficit ou excedente de geração oriundos de contratos significativos nesta modalidade, os quais são apresentados nas rubricas de provisão para ressarcimento e contas a receber, respectivamente, cuja contrapartida é a rubrica de receita de venda de energia elétrica. O cálculo da mensuração dos saldos de ressarcimento a pagar e a receber e da parcela variável da receita de venda de energia elétrica envolve substancialmente dados utilizados baseados em (i) informações históricas, como o volume de geração de energia efetivo (MWh), (ii) dados contratuais, como o volume e preço determinados nos contratos e (iii) dados de mercado, tais como o IPCA e o PLD – Preço de Liquidação e Índices Financeiros por Diferenças. As variações de geração da energia e, conseqüentemente, o reconhecimento da receita oriunda de referidos contratos, em função de sua natureza e relevância qualitativa e quantitativa, são assuntos de suma importância para o entendimento por parte dos usuários das demonstrações financeiras. Em função disso, e da complexidade dos principais dados utilizados na mensuração dos ressarcimentos a pagar e a receber e, conseqüentemente, do reconhecimento da parcela variável da receita de venda de energia elétrica, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- Avaliação da precisão matemática do cálculo da mensuração dos saldos relativos a ressarcimentos a receber e a pagar, e conseqüentemente, da parcela variável da receita de venda de energia elétrica.- Avaliação dos principais dados utilizados no cálculo, incluindo o volume (MWh) e os preços previstos nos termos contratuais, os índices de atualização (IPCA), o volume de geração de energia efetiva (MWh) e o PLD – Preço de Liquidação e Índices Financeiros por Diferenças, através do confronto com as respectivas informações nos termos contratuais e do confronto com informações disponibilizadas ao mercado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).- Avaliação se as divulgações sobre o assunto nas notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas consideram todas as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a mensuração do ressarcimento a pagar ou a receber nos contratos de geração de energia eólica, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p>

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Echoenergia Participações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020		
Caixa e equivalentes de caixa	6.a	107.557	43.803	402.129	242.628	Fornecedores	14	5.097	7.947	83.308	164.537
Fundos vinculados	6.b	-	-	14.776	60.390	Financiamentos e empréstimos	15	-	129.701	181.882	380.162
Contas a receber	7	-	-	153.103	145.524	Debêntures	16	20.601	-	73.815	100.071
Adiantamento a fornecedores		1.693	2.498	44.337	29.046	Adiantamento de clientes	20	-	-	11.767	-
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8.a	3.241	2.169	21.658	20.821	Obrigações tributárias	17.a	881	743	10.291	12.766
Tributos a recuperar	8.b	-	-	4.436	2.812	Imposto de renda e contribuição social a recolher	17.b	-	-	11.765	9.982
Despesas pagas antecipadamente	9	795	4.127	38.256	51.643	Obrigações sociais e trabalhistas		6.807	7.882	11.889	10.175
Contas a receber de partes relacionadas	28.c	207.021	-	207.021	-	Programa de remuneração baseado em ações	33	207.021	-	207.021	-
Estoques		-	-	9.260	5.959	Provisão de ressarcimento	18	-	-	130.191	120.777
Contas a receber partes relacionadas	28.a	52.371	37.114	-	-	Arrendamentos	11	819	650	1.039	1.611
Dividendos a receber	28.b	15.808	10.023	-	-	Outras contas a pagar		20.226	2.167	34.718	39.675
Derivativos a receber	29.a	-	-	-	74.603						
Outras contas a receber		46	5.055	788	2.468	Total do passivo circulante		261.452	149.090	757.686	839.756
Total do ativo circulante		388.532	104.789	895.764	635.894	Financiamentos e empréstimos	15	-	-	2.781.837	2.614.785
Contas a receber	7	-	-	64.427	55.901	Debêntures	16	639.028	184.636	1.155.837	487.472
Fundos vinculados	6.b	-	-	379.224	352.703	Obrigações tributárias	17.a	-	-	10.343	4.921
Despesas pagas antecipadamente	9	2.616	2.144	7.630	6.382	Imposto de renda e contribuição social a recolher	17.b	-	-	-	11.210
Depósitos judiciais	27	-	-	16.879	15.865	Tributos diferidos	21.b	-	-	193.763	206.602
Outras contas a receber		294	299	294	294	Provisão de ressarcimento	18	-	-	27.417	-
						Compensação de infraestrutura		-	-	3.168	3.168
Total realizável a longo prazo		2.910	2.443	468.454	431.145	Provisão para desmobilização	19	-	-	41.020	30.329
Investimentos	10	2.454.120	2.308.475	-	-	Arrendamentos	11	800	1.578	58.875	74.310
Direito de uso	11	1.376	2.065	83.408	96.546	Adiantamento de clientes	20	-	-	105.819	117.645
Imobilizado	12	13.238	10.519	5.087.466	4.712.390	Outras contas a pagar		55	-	13.654	1.500
Intangível	13	31.174	823	604.342	611.142	Total do passivo não circulante		639.883	186.214	4.391.733	3.551.942
Total do ativo não circulante		2.502.818	2.324.325	6.243.670	5.851.223	Patrimônio líquido	22				
						Capital social		2.305.848	2.301.821	2.305.848	2.301.821
						Reserva de capital		207.013	2.158	207.013	2.158
						Prejuízos acumulados		(522.846)	(210.169)	(522.846)	(210.169)
						Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores		1.990.015	2.093.810	1.990.015	2.093.810
						Total do patrimônio líquido atribuível aos não controladores		-	-	-	1.609
						Total do patrimônio líquido		1.990.015	2.093.810	1.990.015	2.095.419
Total do ativo		2.891.350	2.429.114	7.139.434	6.487.117	Total do passivo e patrimônio líquido		2.891.350	2.429.114	7.139.434	6.487.117

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Echoenergia Participações S.A.

Demonstrações de resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita operacional líquida	23	-	-	978.712	698.445
Custos de operação	24	-	-	(536.438)	(371.196)
Lucro bruto		-	-	442.274	327.249
Despesas gerais e administrativas	25	(96.127)	(25.361)	(150.060)	(76.545)
Outras receitas e (despesas) operacionais	-	105	443	1.159	631
Resultado com equivalência patrimonial	10	(9.403)	(1.927)	-	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(105.425)	(26.845)	293.373	251.335
Receitas financeiras	26	6.107	1.803	33.911	15.424
Despesas financeiras	26	(213.359)	(21.363)	(613.024)	(299.335)
Resultado financeiro		(207.252)	(19.560)	(579.113)	(283.911)
Resultado antes dos tributos		(312.677)	(46.405)	(285.740)	(32.576)
Imposto de renda e Contribuição social - diferido	21.b	-	-	12.839	12.839
Imposto de renda e Contribuição social - corrente	21.a	-	-	(39.776)	(26.668)
Prejuízo do exercício		(312.677)	(46.405)	(312.677)	(46.405)
Atribuível aos:					
Acionistas controladores					
Acionistas controladores		(312.677)	(46.400)	(312.677)	(46.400)
Acionistas não controladores		-	(5)	-	(5)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Echoenergia Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Prejuízo do exercício	<u>(312.677)</u>	<u>(46.405)</u>	<u>(312.677)</u>	<u>(46.405)</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>(312.677)</u>	<u>(46.405)</u>	<u>(312.677)</u>	<u>(46.405)</u>
Atribuível aos:				
Acionistas controladores	(312.677)	(46.400)	(312.677)	(46.400)
Acionistas não controladores	<u>-</u>	<u>(5)</u>	<u>-</u>	<u>(5)</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>(312.677)</u>	<u>(46.405)</u>	<u>(312.677)</u>	<u>(46.405)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Echoenergia Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Controladora e consolidado								
Capital social								
Nota	Capital subscrito	Capital a integralizar	Ajuste de avaliação patrimonial Reservas de custos de hedge	Reserva de Capital	Prejuízos Acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.305.597	(21.104)	167	-	(163.769)	2.120.891	-	2.120.891
Subscrição de capital	22.a	80.000	(58.896)	-	-	21.104	-	21.104
Redução de capital social	22.a	(3.776)	-	-	-	(3.776)	-	(3.776)
Aquisição de participação de não controladores		-	-	-	-	-	1.614	1.614
Transferência de outros resultados abrangentes		-	(167)	-	-	(167)	-	(167)
Ganho na participação relativa de controladas	22.b	-	-	2.158	-	2.158	-	2.158
Prejuízo do exercício		-	-	-	(46.400)	(46.400)	(5)	(46.405)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.381.821	(80.000)	-	2.158	(210.169)	2.093.810	1.609	2.095.419
Integralização de capital	22.a	-	4.027	-	-	4.027	-	4.027
Programa de remuneração baseado em ações - transações com acionistas	22.b.ii	-	-	207.021	-	207.021	-	207.021
Aquisição de participação de não controladores		-	-	-	-	-	(1.609)	(1.609)
Perda na participação relativa de controladas	22.b.i	-	-	(2.166)	-	(2.166)	-	(2.166)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(312.677)	(312.677)	-	(312.677)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.381.821	(75.973)	-	207.013	(522.846)	1.990.015	-	1.990.015

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Echoenergia Participações S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
Resultado antes dos tributos	(312.677)	(46.405)	(285.740)	(32.576)	
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:					
Juros sobre empréstimos e financiamentos	15	5.155	4.506	269.014	168.180
Custo de captação de empréstimos e financiamentos apropriado ao resultado	15	1.587	1.734	5.067	20.463
Custo de captação com debêntures apropriado ao resultado	16	1.264	451	1.540	785
Juros sobre debêntures	16	62.996	14.019	152.836	59.878
Depreciação e amortização	12	492	493	215.726	194.472
Baixa de imobilizado	12	939	-	2.367	854
Resultado de equivalência patrimonial	10	9.403	1.927	-	-
Provisões de ressarcimento	18	-	-	36.831	51.451
Ajuste a valor presente provisão para desmobilização	19	-	-	5.910	5.346
Correção monetária de depósitos judiciais	26	-	-	(1.607)	-
Provisões (reversão) para contas a receber	7	-	-	-	(165)
Programa de remuneração baseado em ações	33	207.021	-	207.021	-
Amortização de direitos de exploração	13	22.889	22.624	37.762	37.762
Amortização de direitos de uso	11	689	688	2.362	3.013
Juros sobre passivo de arrendamentos	11	157	197	5.494	4.427
		(85)	234	654.583	513.890
Redução (aumento) nos ativos:					
Contas a receber	7	-	-	(16.105)	(46.778)
Fundo vinculado - reserva de ressarcimento	6.b	-	-	(14.776)	-
Contas a receber partes relacionadas	28.a	(15.257)	(8.443)	-	-
Outras contas a receber		(82)	(5.030)	1.680	(2.379)
Outros tributos a recuperar	8.b	-	-	(1.624)	246
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8.a	(1.072)	(354)	(837)	(1.505)
Estoques		-	-	(3.301)	(5.349)
Depósitos judiciais		-	-	593	3.821
Adiantamento a fornecedores		805	(931)	(15.291)	(3.680)
Despesas pagas antecipadamente	9	2.860	(3.393)	12.139	(34.838)
(Redução) aumento nos ativos:					
Fornecedores	14	(2.850)	1.059	(6.626)	14.911
Obrigações sociais e trabalhistas		(1.075)	1.911	1.714	341
Contas a pagar partes relacionadas		-	(213)	-	-
Obrigações tributárias	17.a	138	129	2.947	5.679
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	-	(11.210)	(1.611)
Adiantamento de clientes		-	-	(59)	-
Outras contas a pagar		86	527	(10.830)	31.973
		(16.532)	(14.504)	592.997	474.721
Fluxo de caixa (utilizados nas) proveniente das atividades operacionais					
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	15	(6.070)	(2.463)	(245.794)	(97.410)
Pagamento de juros sobre debêntures	16	(24.618)	-	(49.133)	(25.724)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	-	(37.992)	(26.831)
		(47.220)	(16.967)	260.078	324.756
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento					
Aporte de capital em investidas	10	(309.978)	(575.695)	-	-
Redução de capital em investidas	10	123.416	259.992	-	-
Aquisição de cotas de controladas	1.b	(506)	-	-	-
Caixa líquido recebido na reorganização societária - incorporação	1.c	30	-	-	-
Cisão parcial controladas, caixa líquido cindido na operação		-	(3.776)	-	-
Dividendos recebidos	28.b	10.022	78.614	-	-
Aquisição de ativo intangível	13	(12.324)	(294)	(12.935)	(329)
Aquisição de ativo imobilizado	12	(4.150)	(3.504)	(573.787)	(1.018.542)
		(193.490)	(244.663)	(586.722)	(1.018.871)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento					
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamento de principal e juros de arrendamentos	11	(766)	(825)	(6.422)	(4.938)
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	15	(130.000)	(41.822)	(397.154)	(409.562)
Captação de financiamentos	15	-	130.000	320.631	863.007
Captação de debêntures	16	440.000	180.000	582.000	496.097
Custo de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	15/16	(5.022)	(11.967)	(12.448)	(21.298)
Pagamento de principal de debêntures	16	-	-	(34.582)	(218.945)
Integralização de capital	22.a	252	21.104	252	21.104
Fundos vinculados	6.b	-	-	33.868	(105.949)
		304.464	276.490	486.145	619.516
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento					
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		63.754	14.860	159.501	(74.599)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	6.a	43.803	28.943	242.628	317.227
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	6.a	107.557	43.803	402.129	242.628
		63.754	14.860	159.501	(74.599)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1 Contexto operacional

a. Constituição e capacidade produtiva

A Echoenergia Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1663 - 4º andar, Jardim Paulistano, capital do estado de São Paulo. A Companhia tem sede administrativa em São Paulo e atividades operacionais distribuídas nos estados de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia.

Constituída em 6 de maio de 2016, a Companhia é uma Holding que detém participação em Companhias com foco em implementação e exploração de ativos de geração e comercialização de energia elétrica de fontes renováveis.

Em 31 de dezembro de 2021 os empreendimentos da Companhia somam 1.204,11 MW médios de capacidade instalada total para geração de energia eólica, distribuídos em 42 Companhias controladas integralmente. Os ativos em operação totalizam 998,31 MW médios de capacidade instalada nos estados de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia, e ainda 205,80 MW médios em construção previstos para serem energizados ao longo de 2021, em parques localizados no estado do Rio Grande do Norte.

Através da controlada direta Echoenergia Comercializadora, em maio de 2021 a Companhia iniciou suas atividades de comercialização de energia.

As atividades do Grupo podem ser fiscalizadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo.

Os termos abaixo podem ser utilizados ao longo destas demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas de forma abreviada:

- ACR – Ambiente de Contratação Regulado;
- ACL – Ambiente de Comercialização Livre;
- ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
- CCEAR – Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado;
- CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica;
- LER – Leilão de Energia de Reserva;
- LFA – Leilão de Fonte Alternativa
- LEN – Leilão de Energia Nova
- MRE – Mecanismo de Realocação de Energia;
- PLD – Preço de Liquidação das Diferenças; e
- MCP - Mercado de Curto Prazo

b. Aquisição de projeto de geração de energia fotovoltaica

No mês de novembro de 2021, visando expandir sua atuação no setor de geração de energia, a Companhia adquiriu o projeto em desenvolvimento no município de Ribeiro Gonçalves, pelo valor de R\$ 30.838, sendo R\$ 12.273 pagos no exercício de 2021 e o restante a ser pago de no decorrer de 2022 e reconhecidos no passivo circulante da Companhia.

O respectivo projeto tem por intuito a implementação de projetos de geração de energia fotovoltaica, por meio de oito usinas em desenvolvimento, UFV Ribeiro Gonçalves I a VIII, no Estado do Piauí. Atualmente o projeto tem capacidade total estimada de aproximadamente 322,22 MWm.

Com base nos pressupostos do CPC 15 – Combinação de Negócios, a Administração da Companhia concluiu que o projeto adquirido caracteriza a aquisição de ativos, não caracterizando portanto, a aquisição de controle de um negócio. O principal fator considerado na análise foi o fato de o projeto ainda não ter capacidade de gerar *inputs* e *outputs* para a Companhia, pois o projeto está em estágio inicial, não tendo a capacidade de gerar receitas, e necessitará do emprego de recursos consideráveis para a construção de ativo imobilizado que futuramente irão contribuir com a geração de *outputs*.

Os ativos adquiridos identificados foram;

- *Direitos reais de superfície* (*) - Conforme escritura pública, os proprietários dos imóveis onde o projeto se encontra instalado concederam ao empreendimento o direito de real de uso de superfície.
- *Suporte na conexão e linha de transmissão* (*) – A Companhia adquiriu no projeto, o compartilhamento de informações técnicas e comerciais, que deverão ser prestadas pelo desenvolvedor do projeto (vendedor), com o propósito exclusivo de auxiliar a Companhia no desenvolvimento da infraestrutura de Conexão do projeto.
- *Licenças e Outorgas* (*) – A aquisição do projeto contempla a obtenção das licenças ambientais, alvarás, outorgas, autorizações e permissões necessárias para a implementação e posterior continuidade do projeto, bem estudos socioambientais.
- *Aquisição de Cotas de Capital Social* (**) – A Companhia adquiriu 100% das cotas do capital social da Empresa Ribeiro Gonçalves.

(*) Reconhecidos no ativo não circulante na rubrica de intangível da Companhia, no valor de R\$ 30.332, os quais após a implementação e entrada em operação do projeto, serão amortizados de acordo com a vida útil definida.

(**) Reconhecido no ativo não circulante, na rubrica de Investimento da Companhia, no valor de R\$ 506. Nota explicativa nº 10.

c. Movimentações societárias

(i) Cisão Parcial de ativos

Em 07 de dezembro de 2020, ocorreu a cisão parcial de determinados ativos e passivos da Companhia, aprovada por meio de Assembleia Geral Extraordinária, concretizada com o objetivo de transferir operações contratadas pela Companhia que por essência tratava-se de transações econômicas de suas controladas indiretas Vila Alagoas II, Vila Espírito Santo I, Vila Espírito Santo II, Vila Espírito Santo III, Vila Espírito Santo IV e Vila Espírito Santo V.

As referidas controladas procederam na mesma data com a incorporação dos ativos e passivos que estavam inicialmente registrados na Companhia, ocorrendo assim diluição da participação societária da Companhia em suas controladas.

Abaixo os montantes cindidos em 07 de dezembro de 2020 e posteriormente incorporados na operação, segregados por Companhia controlada:

	Vila Alagoas II	Vila Espírito Santo I	Vila Espírito Santo II	Vila Espírito Santo III	Vila Espírito Santo IV	Vila Espírito Santo V
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	4.502	8.552	9.434	402	402	8.066
Contas a receber com partes relacionadas	-	-	-	64	64	-
Ganhos com derivativos a receber	16.929	27.321	30.482	17.633	17.726	30.770
Total ativo recebido em cisão e incorporado	21.431	35.873	39.916	18.099	18.192	38.836
Passivo						
Ganhos com derivativos realizados – designados como <i>hedge</i>	4.408	7.052	7.934	191	191	7.934
Ganhos com derivativos a realizar – designados como <i>hedge</i>	16.929	27.321	30.482	17.633	17.726	30.770
Total passivo recebido em cisão e incorporado	21.337	34.373	38.416	17.824	17.917	38.704
Acervo líquido recebido em cisão e incorporado	94	1.500	1.500	275	275	132

Os acervos líquidos cindidos e incorporados nas controladas, resultaram na diluição de participação proporcional da Companhia em 07 de dezembro de 2020 em suas controladas indiretas. Como resultado da operação societária, a Companhia passou a ter um acionista não controlador detentor dos ativos e passivos cindidos.

Considerando que a movimentação de capital foi toda feita sob controle comum e não houve contraprestação transferida, a Companhia reconheceu o efeito de R\$ 2.158 no patrimônio líquido decorrente de ganho na transação de capital, em 31 de dezembro de 2020.

Echoenergia Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Investidas	% de Participação atual	Patrimônio Líquido das controladas indiretas em 31/12/2020 (**)	Participação em controladas indiretas na data da reorganização	Ganho (perda) na transação de capital (**)
Vila Alagoas II Empr. e Participações S.A.	99,76	10.055	9.985	70
Vila Espírito Santo I Empr. e Participações S.A.	98,03	47.743	47.184	559
Vila Espírito Santo II Empr. e Participações S.A.	97,88	13.237	12.019	1.218
Vila Espírito Santo III Empr. e Participações S.A.	99,71	29.526	29.337	189
Vila Espírito Santo IV Empr. e Participações S.A.	99,68	47.561	47.439	122
Vila Espírito Santo V Empr. e Participações S.A.	99,81	69.974	69.974	-
Total		218.096	215.938	2.158

Em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 04 de abril de 2021 o acionista não controlador deliberou o aporte das ações detidas nas companhias Vila Alagoas II, Vila Espírito Santo I, Vila Espírito Santo II, Vila Espírito Santo III, Vila Espírito Santo IV, Vila Espírito Santo V, na controladora Echoenergia Participações S.A.

Resultante da operação, a partir de 04 de abril de 2021, a Companhia passou a deter o controle indireto de 100% das Companhias listadas acima. A movimentação societária, fez com que a Companhia reconhecesse o efeito de R\$ (2.166) decorrente da perda na transação de capital e acionista não controlador deixou de deter a participação no valor de R\$ 1.609.

(ii) Incorporação E4 Holding S.A e E5 Holding S.A

Em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 05 de maio de 2021, a Administração da Companhia deliberou pela incorporação dos ativos líquidos das controladas diretas E4 Holding S.A e E5 Holding S.A., com o intuito de buscar melhor eficiência e sinergia entre os negócios.

As incorporações não resultaram em aumento ou redução de capital na Companhia, bem como, não houve transferências de contraprestações em relação aos ativos líquidos incorporados.

Abaixo são demonstrados os ativos passivos incorporados pela Companhia:

	E4 Holding	E5 Holding
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	11	19
Impostos a recuperar	3	-
Dividendos a receber	2.629	2.468
Investimentos em controladas	174.239	164.859
Total ativo incorporado	176.882	167.346
Passivo		
Fornecedores	11	19
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	20.747
Total passivo incorporado	11	20.766
Capital social	199.901	117.374
Lucros / (Prejuízos) acumulados	(23.030)	29.206
Total do patrimônio líquido incorporado	176.871	146.580
Total do passivo e patrimônio líquido incorporado	176.882	167.346

1.1 Projeto de geração eólica

Em 31 de dezembro de 2021, as controladas possuem as seguintes autorizações outorgadas pelo poder concedente para exploração de energia eólica, e os seguintes contratos de venda de energia de longo prazo:

Companhia	Outorga	Início Outorga	Final Outorga	Garantia física [MWm]	Portaria Garantia física	Capacidade instalada	Tipo de contrato (a)	Energia contratada [MWm]	Índice de reajuste	Mês de reajuste
Ventos de São Clemente 1	627/2014	25/11/2014	25/11/2049	17,2	289/2020	31,37	LEN3/2014	15,3	IPCA	Janeiro
Ventos de São Clemente 2	628/2014	25/11/2014	25/11/2049	15,5	289/2020	31,37	LEN3/2014	14,2	IPCA	Janeiro
Ventos de São Clemente 3	631/2014	27/11/2014	27/11/2049	15,2	289/2020	31,37	LEN3/2014	14,5	IPCA	Janeiro
Ventos de São Clemente 4	639/2014	28/11/2014	28/11/2049	15,7	289/2020	31,37	LEN3/2014	14,6	IPCA	Janeiro
Ventos de São Clemente 5	632/2014	27/11/2014	27/11/2049	18,6	289/2020	31,37	LEN3/2014	15,7	IPCA	Janeiro
Ventos de São Clemente 6	633/2014	27/11/2014	27/11/2049	15,2	289/2020	27,68	LEN3/2014	13,3	IPCA	Janeiro
Ventos de São Clemente 7	640/2014	28/11/2014	28/11/2049	13	289/2020	25,83	LEN3/2014	10,7	IPCA	Janeiro
Ventos de São Clemente 8	634/2014	27/11/2014	27/11/2049	11,7	289/2020	22,14	LEN3/2014	9,5	IPCA	Janeiro
Ventos do Morro do Chapéu	381/2011	30/06/2011	30/06/2046	14,1	289/2020	27,51	LFA7/2010	13,1	IPCA	Dezembro
Ventos do Parazinho	410/2011	08/07/2011	08/07/2046	15,5	289/2020	29,12	LFA7/2010	14	IPCA	Dezembro
Vento Formoso	409/2011	08/07/2011	08/07/2046	14,6	289/2020	27,51	LFA7/2010	13,5	IPCA	Dezembro
Ventos de Tianguá Norte	389/2011	04/07/2011	04/07/2046	15,5	289/2020	29,12	LFA7/2010	14,1	IPCA	Dezembro
Ventos de Tianguá	390/2011	04/07/2011	04/07/2046	15,2	289/2020	27,75	LFA7/2010	13,1	IPCA	Dezembro
Pedra do Reino	594/2010	30/06/2010	30/06/2045	10,84	594/2010	30	LER3/2009	10	IPCA	Julho
Pedra do Reino III	467/2011	03/08/2011	03/08/2046	6,8	467/2011	18	LER5/2010	6,8	IPCA	Setembro
Cabeço Preto	712/2010	11/08/2010	11/08/2045	6,56	712/2010	19,8	LER3/2009	6	IPCA	Julho
Cabeço Preto IV	258/2011	18/04/2011	18/04/2046	8,4	258/2011	19,8	LER5/2010	8,4	IPCA	Setembro
Serra de Santana I	478/2011	17/08/2011	17/08/2046	9,7	478/2011	20	LER5/2010	8,1	IPCA	Setembro
Serra de Santana II	468/2011	03/08/2011	03/08/2046	13,5	468/2011	30	LER5/2010	13,5	IPCA	Setembro
Serra de Santana III	475/2011	11/08/2011	11/08/2046	12,7	475/2011	30	LER5/2010	12,7	IPCA	Setembro
Lanchinha	266/2012	02/05/2012	02/05/2047	13,2	266/2012	28	LER3/2011	13,2	IPCA	Julho
Pelado	263/2012	02/05/2012	02/05/2047	9	263/2012	20	LER3/2011	9	IPCA	Julho
Pedra Rajada	109/2015	02/04/2015	02/04/2050	11	109/2015	20	LER8/2014	11	IPCA	Outubro
Pedra Rajada II	110/2015	02/04/2015	02/04/2050	10,1	110/2015	20	LER8/2014	10,1	IPCA	Outubro
Cabeço Vermelho	324/2014	14/07/2014	14/07/2049	15,2	65/2020	28,6	LEN10/2013	13,6	IPCA	Janeiro
Cabeço Vermelho II	345/2014	18/07/2014	18/07/2049	9	65/2020	16,8	LEN10/2013	9	IPCA	Janeiro
Pedra do Reino IV	181/2016	12/05/2016	12/05/2051	9,7	181/2016	20	LER9/2015	9,7	IPCA	Novembro
Boa Esperança I	389/2015	20/08/2015	20/08/2050	15,3	225/2018	30,8	LEN6/2014	14,4	IPCA	Janeiro
Vila Sergipe I	7538/2018	26/12/2018	26/12/2053	21,5	98/2019	37,8	ACL	Variável	IPCA	Janeiro
Vila Rio Grande do Norte I	7518/2018	26/12/2018	26/12/2053	13,3	98/2019	25,2	ACL	Variável	IPCA	Janeiro
Vila Rio Grande do Norte II	7537/2018	26/12/2018	26/12/2053	21,1	98/2019	37,8	ACL	Variável	IPCA	Janeiro
Vila Piauí III	7653/2019	21/03/2019	21/03/2054	23,6	162/2019	42	ACL	Variável	IPCA	Janeiro
Vila Sergipe II	7651/2019	21/03/2019	21/03/2054	21,2	162/2019	37,8	ACL	Variável	IPCA	Janeiro
Vila Sergipe III	7652/2019	21/03/2019	21/03/2054	9,1	162/2019	16,8	ACL	Variável	IPCA	Janeiro
Vila Piauí I	7675/2019	26/03/2019	26/03/2054	20,7	162/2019	37,8	ACL	Variável	IPCA	Janeiro
Vila Piauí II	7674/2019	26/03/2019	26/03/2054	20,8	162/2019	37,8	ACL	Variável	IPCA	Janeiro
Vila Alagoas II	8620/2020	12/03/2020	12/03/2055	10,9	397/2020	21	ACL	Variável	IPCA	Janeiro
Vila Espírito Santo I	8615/2020	12/03/2020	12/03/2055	17,6	397/2020	33,6	ACL	Variável	IPCA	Janeiro
Vila Espírito Santo II	8616/2021	12/03/2020	12/03/2055	18,5	397/2020	37,8	ACL	Variável	IPCA	Janeiro
Vila Espírito Santo III	8617/2021	12/03/2020	12/03/2055	18,7	397/2020	37,8	ACL	Variável	IPCA	Janeiro
Vila Espírito Santo IV	8618/2022	12/03/2020	12/03/2055	19,3	397/2020	37,8	ACL	Variável	IPCA	Janeiro
Vila Espírito Santo V	8619/2022	12/03/2020	12/03/2055	20,2	397/2020	37,8	ACL	Variável	IPCA	Janeiro
Total				614,5		1.204,11				

(a) O prazo médio dos contratos regulados é de 20 anos. já no ambiente livre os contratos apresentam vencimento de 2 a 15 anos.

1.2 Efeitos da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19)

i. Contexto Geral

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que a doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos.

A portaria nº 188 de 03 de fevereiro de 2020 assinada pelo Ministro da Saúde, declara Estado de Emergência Pública e o Congresso Nacional aprovou em caráter de urgência um projeto de Lei com medidas contra o Covid-19, promulgando o isolamento e separação de pessoas doentes ou contaminadas, quarentena, restrição de atividades, realização de exames médicos e vacinação, restrição de entrada e saída no país entre outras.

Diante ao exposto a Administração implementou o sistema de trabalho remoto para todos os colaboradores das áreas corporativas, e, também remanejou todas as reuniões presenciais para online, proibindo a realização de viagens internacionais e restringindo as nacionais, autorizando-as somente em caso de extrema necessidade.

Nas plantas operacionais e projetos em construção foram implementadas uma série de ações educativas para os trabalhadores sobre tema de prevenção do COVID-19. Todos os colaboradores e terceiros foram orientados a reportar quaisquer casos suspeitos e a Companhia faz o monitoramento constante da situação. Em caso de suspeita de contaminação, a pessoa e todos que tiveram contato com ela, são colocados em quarentena imediatamente. Também foi montado um plano de contingência para que Plantas e Centro de Operações não corram o risco de não operação em casos de contaminação, que consiste principalmente em realocação de profissionais já qualificados nas funções entre diferentes regiões do país, caso seja necessário.

ii. Impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2021, considerando o estágio atual da disseminação do surto da COVID-19, foi possível mensurar os impactos da pandemia de forma mais assertiva e, até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração concluiu que não houve impacto significativo em seus negócios, e também não são esperados impactos relevantes nas operações futuras decorrente da pandemia, dado as características do setor em que a Companhia e suas controladas atuam. A seguir estão elencadas as principais rubricas acompanhadas pela Companhia e suas controladas e seus impactos decorrente da pandemia.

a. Receita e contas a receber

As receitas das controladas estão atreladas aos contratos de longo prazo para venda de energia nos ambientes regulado e livre, os contratos no setor de energia têm por característica mecanismos que agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais. Não ocorreram perdas de contratos com clientes após o início da pandemia. Pode-se observar uma queda da receita em alguns projetos individuais, todavia estão relacionados aos ventos menores no período e não decorrem de algum impacto relacionado à pandemia do COVID-19, veja maiores detalhes nas notas explicativas 7 e 24.

b. Financiamentos

O BNDES aprovou em março de 2020, em caráter emergencial, medidas socioeconômicas de execução imediata que tiveram por objetivo ajudar a mitigar os efeitos da COVID-19 no Brasil. Uma das medidas foi a possibilidade de concessão da suspensão temporária por prazo de até seis meses de amortizações de financiamentos contratados junto ao BNDES, nas modalidades direta e indireta às Companhias afetadas pela crise. Em junho de 2020 a Companhia, através das suas controladas indiretas São Clemente Holding e São Jorge Holding, obteve junto a instituição a aprovação para suspensão do pagamento do serviço a dívida por seis meses, acarretando um impacto no caixa de aproximadamente R\$ 33.730 no exercício de 2020. Em 2021 não houve impacto da suspensão de pagamentos.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individual e consolidada foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foi autorizada pela Diretoria em 30 de março de 2022.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Continuidade Operacional

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a entidade conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de passivos financeiros conforme os prazos divulgados na Nota Explicativa 31.

A Companhia reconheceu um prejuízo líquido de R\$ 304.799 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 46.405 em 31 de dezembro de 2020), porém apresenta geração positiva de caixa nas atividades operacionais consolidadas de R\$ 320.467 (R\$ 324.756 em 31 de dezembro de 2020).

O balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 apresenta capital circulante líquido positivo no valor de R\$ 138.078 (R\$ 203.862 negativo em 31 de dezembro de 2020), demonstrando uma significativa melhora e equilíbrio nos índices da Companhia entre os períodos apresentados.

Dado o exposto, a Administração da Companhia entende que suas operações são suportadas pela geração de caixa dos contratos de longo prazo firmados para fornecimento de energia, adicionado aos montantes colocados em garantia dos financiamentos que podem ser utilizados em situações específicas para pagamento de outros passivos de curto prazo, representando, portanto, condições adequadas para cumprir as obrigações de curto e longo prazo.

c. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- (i) Aplicações financeiras – Nota explicativa nº 6.a
- (ii) Fundos vinculados – Nota explicativa nº 6.b
- (iii) Contas a receber – Compromissos futuros – Nota explicativa nº 7
- (iv) Fornecedores – Compromissos futuros – Nota explicativa nº 14
- (v) Instrumentos financeiros derivativos – Nota explicativa nº 30.a
- (vi) Compromisso firme – Nota explicativa nº 14 e 30

d. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o Real, e essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração da Companhia e suas controladas façam julgamentos e adotem estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. Durante o ano de 2021, não foram identificados ajustes provenientes das revisões das estimativas contábeis utilizadas pela Companhia e suas controladas.

As informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- i. Contas a receber (nota explicativa 7)** – principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo, referentes aos saldos das operações de *trading* da Echoenergia Comercializadora;
- ii. Fornecedores (nota explicativa 14)** – principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo, referentes aos saldos das operações de *trading* da Echoenergia Comercializadora;
- iii. Provisões para ressarcimento (nota explicativa 18)** – reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- iv. Provisões para desmobilização (nota explicativa 19)** – reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- v. Instrumentos financeiros (nota explicativa 30)** – principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.
- vi. Programa de remuneração baseada em ações (nota explicativa 33)** – principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

3 Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

As políticas contábeis das controladas consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas.

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- b) Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas.
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.
- d) Segregação da participação de não controladores

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as demonstrações financeiras da Echoenergia Participações S.A. e suas controladas, listadas a seguir:

Controladas	Razão Social	Nome	Participação societária em %			
			31/12/2021		31/12/2020	
			Direta	Indireta	Direta	Indireta
	Echoenergia Comercializadora de Energia Ltda.	Echoenergia Comercializadora	100	-	100	-
	Eólica Baixa Verde S.A.	Eólica Baixa Verde	100	-	100	-
	Eólica Moxotó S.A.	Eólica Moxotó	100	-	100	-
	Eólica Pedra do Reino S.A.	Pedra do Reino	100	-	100	-
	Eólicatec Sobradinho S.A.	Sobradinho	100	-	100	-
	Vila Sergipe 1 Empreendimentos e Participações S. A	Vila Sergipe 1	100	-	100	-
	Vila Alagoas 4 Empreendimentos e Participações S. A	Vila Alagoas 4	100	-	100	-
	Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A.	Rio Grande do Norte 1	100	-	100	-
	Vila Rio Grande do Norte 2 Empreendimentos e Participações S.A.	Rio Grande do Norte 2	100	-	100	-
	Vila Sergipe 2 Empreendimentos e Participações S. A	Vila Sergipe 2	100	-	100	-
	Vila Sergipe 3 Empreendimentos e Participações S. A	Vila Sergipe 3	100	-	100	-
	Vila Piauí 3 Empreendimentos e Participações S.A.	Vila Piauí 3	100	-	100	-
	Vila Echoenergia Empreendimentos e Participações S.A.	Vila Echoenergia	100	-	100	-
	Vila Alagoas 3 Empreendimentos e Participações S.A.	Vila Alagoas 3	100	-	100	-
	Vila Piauí 1 Empreendimentos e Participações S.A.	Vila Piauí 1.	100	-	100	-
	Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.	Vila Piauí 2	100	-	100	-
	Bons Ventos de Bitiquara I Empreendimentos e Participações S.A.	Bitiquara I	100	-	100	-
	Bons Ventos de Bitiquara II Empreendimentos e Participações S.A.	Bitiquara II	100	-	100	-
	Echoenergia Suprimentos e Empreendimentos LTDA	Echoenergia Suprimentos	100	-	-	-

Echoenergia Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Ribeiro Gonçalves Energia Solar SPE LTDA	Ribeiro Gonçalves	100	-	-	-
Echo Holding 1 S.A.	Echo Holding.	100	-	100	-
Ventos de São Clemente Holding S.A.	São Clemente Holding	-	100	-	100
Ventos de São Clemente I Energias Renováveis S.A.	São Clemente Holding I	-	100	-	100
Ventos de São Clemente II Energias Renováveis S.A.	São Clemente Holding II	-	100	-	100
Ventos de São Clemente III Energias Renováveis S.A.	São Clemente Holding III	-	100	-	100
Ventos de São Clemente IV Energias Renováveis S.A.	São Clemente Holding IV	-	100	-	100
Ventos de São Clemente V Energias Renováveis S.A.	São Clemente Holding V	-	100	-	100
Ventos de São Clemente VI Energias Renováveis S.A.	São Clemente Holding VI	-	100	-	100
Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.	São Clemente Holding VII	-	100	-	100
Ventos de São Clemente VIII Energias Renováveis S.A.	São Clemente Holding VIII	-	100	-	100
Ventos de São Jorge Holding S.A.	São Jorge Holding	-	100	-	100
Nova Ventos do Morro do Chapéu Energias Renováveis S.A.	Morro do Chapéu	-	100	-	100
Nova Ventos do Parazinho Energias Renováveis S.A.	Parazinho	-	100	-	100
Nova Vento Formoso Energias Renováveis S.A.	Formoso	-	100	-	100
Nova Ventos de Tianguá Energias Renováveis S.A.	Tianguá	-	100	-	100
Nova Ventos de Tianguá do Norte Energias Renováveis S.A.	Tianguá Norte	-	100	-	100
Serras Holding S.A.	Serras Holding	100	-	100	-
Eólica Serra de Santana S.A.	Serra de Santana	-	100	-	100
Eólica Lagoa Nova S.A.	Lagoa Nova	-	100	-	100
Eólica Seridó S.A.	Seridó	-	100	-	100
Eólica Paraíso S.A.	Paraíso	-	100	-	100
Eólica Lanchinha S.A.	Lanchinha	-	100	-	100
E4 Holding S.A.	E4 Holding.	-	-	100	-
Eólica Cabeço Vermelho S.A.	Cabeço Vermelho	100 (a)	-	-	100
Eólica Cabeço Vermelho II S.A.	Cabeço Vermelho II	100 (a)	-	-	100
Eólica Pedra Rajada S.A.	Pedra Rajada	100 (a)	-	-	100
Eólica Pedra Rajada II S.A.	Pedra Rajada II	100 (a)	-	-	100
E5 Holding S.A.	E5 Holding	-	-	100	-
Eólica Pedra do Reino IV S.A.	Pedra do Reino IV	100 (a)	-	-	100
Eólica Boa Esperança I S.A.	Boa Esperança I	100 (a)	-	-	100
Serra do Mel Holding S.A.	Serra do Mel Holding	100	-	100	-
Vila Alagoas II Empreendimentos e Participações S.A.	Alagoas II	-	100	-	99 (*)
Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S. A	Espírito Santo I	-	100	-	98 (*)
Vila Espírito Santo II Empreendimentos e Participações S. A	Espírito Santo II	-	100	-	98 (*)
Vila Espírito Santo III Empreendimentos e Participações S. A	Espírito Santo III	-	100	-	99 (*)
Vila Espírito Santo IV Empreendimentos e Participações S. A	Espírito Santo IV	-	100	-	99 (*)
Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S. A	Espírito Santo V	-	100	-	99 (*)

(*) O detalhamento das movimentações societárias está descrito na nota explicativa 1.b.

4 **Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e aplicações financeira com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia e suas controladas na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e a liquidez de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios.

b. **Instrumentos financeiros**

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de financiamentos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- **Mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia e suas controladas não possuem passivos financeiros classificados nessa categoria.
- **Mensurados subsequentemente ao custo amortizado:** são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa 30.

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge (“hedge accounting”)

A Companhia e suas controladas fazem uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco de moeda estrangeira, utilizando a contabilização de *hedge (hedge accounting)*. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida do resultado e/ou em contas específicas no patrimônio líquido.

No início de relacionamentos de *hedge* designados, a Companhia e suas controladas documentam o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para a realização do *hedge*. A Companhia e suas controladas também documentam a relação econômica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa e no valor justo do item coberto e do instrumento de cobertura devem compensar-se mutuamente, alcançando assim a efetividade de proteção.

Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida e acumulada em ORA, e são limitadas à mudança cumulativa no valor justo do item protegido por *hedge*, determinado com base no valor presente, desde a designação do *hedge*.

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilidade de *hedge* ou se o instrumento de *hedge* for vendido, rescindido, exercido ou expirar, a contabilidade de *hedge* será descontinuada prospectivamente.

Hedges de valor justo

A Companhia e suas controladas adotaram o *hedge* de valor justo, para a proteção contra o risco de moeda estrangeira de compromissos firmes atrelados a compra de ativos imobilizados.

Para os derivativos designados como *hedge* de valor justo, as respectivas variações no valor justo dos instrumentos de proteção são reconhecidas no resultado do exercício, sobre a rubrica, “Outras receitas (despesas) operacionais”

Ao aplicar a contabilidade de *hedge* por meio de valor justo para compromissos firmes, além das oscilações no valor justo do instrumento de *hedge*, que são reconhecidas no resultado, a Companhia e suas controladas, reconheceram também em contrapartida ao resultado as alterações no valor justo desses compromissos firmes, em contrapartida a mesma rubrica em que são reconhecidas as oscilações no valor justo dos instrumentos de *hedge*, ou sejam em “Outras receitas (despesas) operacionais”. A aplicação da contabilidade de *hedge* de valor justo acarreta também no reconhecimento das oscilações do valor justo do passivo proveniente do item protegido, onde caso não fosse aplicada a contabilidade de *hedge* de valor justo, tais oscilações no valor justo desses compromissos firmes não seriam reconhecidas por serem tratadas de passivos executórios.

c. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, que inclui os custos de financiamentos capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condições de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os custos com juros sobre financiamentos e custos de financiamentos são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável. Os custos de financiamentos são reconhecidos no resultado com base no método linear em relação às vidas úteis dos ativos fixos a que pertencem.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (“MCPSE”), aprovado pela Resolução Normativa nº 674/2015 pela ANEEL, que na avaliação da Administração representam a vida útil dos bens. A Administração avalia ainda, os prazos de autorização dos parques em face das taxas contidas no (“MCPSE”), aplicadas ao restante da vida útil dos ativos imobilizados, no intuito de assegurar que os prazos de concessão dos parques eólicos não sejam inferiores à vida útil remanescente dos equipamentos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. A depreciação do ativo imobilizado não ultrapassa o período de autorização dos parques.

Unidade de geração eólica – Pás	15 anos
Unidade de geração eólica – Gerador	20 anos
Unidade de geração eólica – Nacelle	25 anos
Unidade de geração eólica – Torre	30 anos
Benfeitorias	30 anos
Linhas de transmissão	33 anos
Móveis e utensílios	16 anos
Equipamentos móveis e portáteis de comunicação	16 anos
Comunicação	16 anos
Outros equipamentos	16 anos
Equipamento geral de informática	6 anos

Os ganhos e as perdas na alienação e/ou baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos líquidos, dentro de despesas gerais e administrativas, na rubrica “Outros”.

d. Provisão para desmobilização

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques eólicos encontram-se instalados, com exceção do Complexo de São Clemente, Tianguá e a controlada indireta Eólica Paraíso S.A, contém cláusulas que obrigam que as controladas, ao final do prazo contratual, devolvam as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. As controladas obtiveram, por meio de orçamentos efetuados por terceiros, as premissas dos procedimentos necessários para proceder com a desmobilização. Desta forma, com base em estimativas de mercado, reconheceram as respectivas obrigações a valor presente, conforme nota explicativa 19. Os principais custos a serem incorridos contidos na estimativa do valor da provisão da desmobilização são: desmontagem dos aerogeradores, locação de guias, transporte dos itens a serem descartados, mão de obra para desmontagem e destinação final dos itens descartados. O valor presente da obrigação com desmobilização foi estimado com base no custo unitário para desmobilização de cada aerogerador, multiplicado pelo número de aerogeradores existentes no parque eólico, projetando o valor estimado ao final do prazo contratual dos arrendamentos com base no IPCA e ajustando o respectivo valor a uma taxa de desconto livre de risco nominal média de 9,6% a.a., em 2021 e 7,64% em 2020 que é equiparada com uma taxa de *bond* governamental, que nesse caso é a NTB-B para períodos comparáveis com os prazos de desmobilização previsto nos contratos.

e. Receita de contrato com clientes proveniente da venda de energia elétrica e adiantamento de clientes

Receitas provenientes da geração e comercialização de energia elétrica

A receita operacional advinda do curso normal das atividades das controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 – (IFRS 15), estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida por suas controladas é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre – ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Os contratos de suas controladas possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, as controladas têm a obrigação

de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, conforme a entrega de energia ocorre, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) As controladas não possuem histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Geração excedente: Toda geração de energia produzida acima das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em excedentes quadrienais e anuais. São considerados excedentes quadrienais quando a geração acumulada atingir entre 100% e 130% da quantidade de energia contratada e excedentes anuais quando a geração acumulada ultrapassar 130% da quantidade de energia contratada.

Geração deficitária: Toda geração de energia produzida abaixo das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadrienais e anuais. São considerados ressarcimentos quadrienais quando a geração acumulada estiver entre o 90% e 100% da quantidade de energia contratada e ressarcimentos anuais quando a geração acumulada for inferior a 90% da quantidade de energia.

A Companhia e suas controladas consideram que tal contraprestação é uma parcela variável prevista no contrato, conforme determinado pelo CPC 47 (IFRS 15) – Receita de contrato com cliente, no qual, a entidade deve estimar o valor da contraprestação à qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente, na medida em que for altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas não deva ocorrer. A Companhia e suas controladas mensuram a contraprestação variável nos referidos contratos pelo método do valor mais provável.

Adiantamentos de clientes

Os adiantamentos de clientes constituem obrigações advindas de contratos firmados com contrapartes, onde as controladas recebem recursos financeiros, com a obrigação de entregar energia durante os exercícios de 2022 a 2031.

No reconhecimento inicial os adiantamentos são mensurados com base no valor justo, o qual é equivalente ao valor da contraprestação recebida do cliente em adiantamento.

Os respectivos adiantamentos serão liquidados mediante a entrega de energia contratada durante o período de contrato, onde o componente de financiamento será segregado ajustando o valor da receita de venda de energia contra o resultado financeiro.

f. Intangível

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, direito de exploração de concessões, desenvolvimento de projetos de geração de energia e software.

- *Direitos de exploração dos contratos comerciais*

Conforme determinado na Interpretação Técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, os direitos de exploração dos contratos comerciais adquiridos em *business combination* são classificados no balanço patrimonial da controladora na rubrica de Investimentos, enquanto no balanço patrimonial consolidado são classificados na rubrica de intangível. A vida útil dos direitos de exploração dos contratos comerciais é de 20 anos, e sua respectiva amortização é reconhecida na demonstração do resultado em Despesas Gerais e Administrativas, sendo que, na demonstração do resultado da Controladora, o valor é apresentado líquido dos efeitos dos tributos diferidos e na demonstração do Resultado no Consolidado pelo seu valor bruto.

A Administração da Companhia e suas controladas não esperam que o valor alocado como direito de exploração dessas aquisições seja dedutível para fins fiscais e, portanto, constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados à diferença entre os valores alocados e as bases fiscais destes ativos.

- *Desenvolvimento de Projetos de Geração de Energia*

Refere-se a aquisição do projeto de geração de energia fotovoltaica de Ribeiro Gonçalves, conforme nota explicativa nº 1.a e 13. Foi reconhecido inicialmente com base no custo de aquisição. Após a conclusão do projeto a Companhia irá amortizá-lo de acordo com o prazo de vida útil definida que se refere ao prazo das outorgas para cada projeto.

- *Outros ativos intangíveis*

São ativos adquiridos pela Companhia e suas controladas, com vidas úteis não definidas, mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

g. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas, quando aplicável, reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A provisão para perdas com contas a receber de clientes deve ser mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas devem considerar informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas devem considerar um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia e suas controladas não tem histórico de inadimplência de seus ativos financeiros, adicionalmente, com relação às aplicações financeiras, a Companhia e suas controladas somente aplicam em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda por estarem garantidas pelo Fundo Garantidor de Crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas devem avaliar se os ativos financeiros contabilizados estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia ou a suas controladas em condições que não seria aceita em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

A Companhia e suas controladas, após avaliação, não identificaram ativos financeiros com problemas de recuperação.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração avaliou e concluiu que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não financeiros não são recuperáveis, e, portanto, não houve a necessidade de efetuar o teste de recuperação (*impairment test*), assim como, nenhum registro de provisão para redução ao valor recuperável foi efetuado.

h. Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

Lucro presumido

Conforme facultado pela legislação tributária, as controladas que executam atividades de geração optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 8% no cálculo do imposto de renda e 12% no cálculo da contribuição sobre a receita bruta, proveniente da venda de energia elétrica e de 100% das receitas, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Lucro real

A controladora, sub-holdings e as Controladas que estão em fase pré-operacional optaram pelo lucro real. O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes da Controladora são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos passivos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias decorrentes entre os valores contábeis reconhecidos nas demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. A Companhia e suas controladas apresentaram diferenças temporárias, exclusivamente, em operações de mais valia na combinação de negócios.

Pis e Cofins

Para as controladas que exercem a atividade de geração, exceto Vila Alagoas II e Vila Espírito Santo de I a V, o Pis e a Cofins são calculados com base no regime cumulativo, aplicando os percentuais de 0,65% para o Pis e 3% para a Cofins, sobre a receita operacional das controladas. Para as demais controladas, o Pis e a Cofins são calculados com base no regime não cumulativo onde todas as receitas, com exceção das financeiras são tributadas mediante aplicação do percentual de 1,65% para o Pis e 7,6% para a Cofins, tomando-se créditos com base nos mesmos percentuais, quando estes permitidos pela legislação tributária. No regime não cumulativo as receitas financeiras são tributas as alíquotas de 0,65% para o Pis e de 4% para a Cofins.

i. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

f. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca da contraprestação.

(i) Arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, a Companhia e suas controladas alocam a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. No caso da Companhia o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento se referem ao aluguel da sede administrativa da Companhia. No caso das controladas os ativos de direito de uso e seus respectivos passivos de arrendamento se referem as terras onde os parques eólicos encontram-se instalados.

A Companhia e suas controladas adotam os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

- Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados a partir das taxas de juros incrementais de para fontes de financiamento dos ativos subjacentes. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 10,5% a.a.
- Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial, acrescido da estimativa dos custos a serem incorridos com remoção e desmontagem dos parques nos ativos subjacentes objetos de arrendamento ao final do prazo dos contratos de arrendamento.

O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo subjacente, o passivo é amortizado de acordo com o pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo, itens de baixo valor (USD 5) e para aqueles que possuem contraprestações em sua totalidade variáveis, sendo o caso das controladas do *cluster* de São Clemente e a controlada Eólica Paraíso S.A, onde a Administração analisou os contratos de arrendamentos individualmente, concluindo que, os valores das contraprestações são variáveis, sendo calculados de acordo com a receita gerada, sem que exista um componente mínimo fixo. Para essas controladas não se reconheceu o passivo de arrendamento em contrapartida ao ativo de direito de uso. Os valores incorridos das contraprestações são registrados no resultado do exercício como arrendamento operacional.

Os ativos de direito de uso são apresentados no ativo não circulante, sendo representados pelos arrendamentos dos parques eólicos, os quais são amortizados de acordo com o prazo contratual remanescente dos contratos de arrendamento. Anualmente a Companhia os ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos para refletir os reajustes nas contraprestações que espera liquidar.

j. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos, custos de financiamentos, fianças e comissões bancárias, IOF e juros sobre arrendamento. As que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são reconhecidas no custo desses ativos, as demais são reconhecidas no resultado do exercício. Em ambos os casos são mensuradas através do método de juros efetivos.

k. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia e de suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

As Controladas possuíam transações em moeda estrangeira, designada como *hedge* de fluxo de valor justo, referentes aos compromissos com aquisição de ativo imobilizado, sendo que, a efetividade de *hedge*, foi reconhecida junto ao custo dos respectivos ativos imobilizados.

l. Acordo com pagamentos baseado em ações

O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações (*Share appreciation rights - SAR*), que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como resultado financeiro.

5 Novas normas e interpretações vigentes adotadas.

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022.

O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são rerepresentados. A administração da Companhia avaliou os impactos da aplicação contida nas alterações do CPC 25 – IAS 37 e conclui que não são relevantes.

Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2*).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

6 Caixa, equivalentes de caixa e fundos vinculados

a. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Bancos contas movimento	43.381	43.698	57.210	76.749
Aplicações financeiras	64.176	105	344.919	165.879
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>107.557</u>	<u>43.803</u>	<u>402.129</u>	<u>242.628</u>

As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas em Certificados de Depósitos Bancários e Compromissadas de Terceiros, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança no valor, tendo como remuneração média 99,69% da taxa (DI) em 31 de dezembro de 2021 (100,3% em 31 dezembro de 2020).

b. Fundos vinculados

Os valores aplicados em fundos vinculados são exigidos pelos contratos e escrituras de financiamentos e debêntures, respectivamente.

Cada conta reserva possui regra específica de manutenção, onde são mantidos saldos mínimos de acordo com o critério definido em negociação com o credor.

Os fundos vinculados estão classificados no ativo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de utilização dos saldos.

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Reserva de pagamento Debêntures (a)	11.041	-
Reserva da dívida Debêntures (b)	20.023	21.209
Centralizadora (c)	37.531	40.114
Reserva O&M (d)	14.982	13.244
Reserva de dívida BNDES (e)	43.617	43.911
Reserva especial (f)	187.403	183.660
Reserva de dívida BNB (g)	52.952	50.565
Reserva de acumulada (ressarcimento) (h)	26.451	60.390
Total	394.000	413.093
Circulante	14.776	60.390
Não circulante	379.224	352.703

Em 31 de dezembro de 2021, a remuneração média dos fundos vinculados era de 85% da taxa (DI) (83% em 31 de dezembro de 2020).

- a) **Reserva de pagamento de Debêntures** - Conta reserva mantida nas controladas Ventos de São Clemente Holding S.A, São Jorge Holding S.A e Serras Holding S.A, com o objetivo de efetuar o pagamento de parcela da dívida. O montante representa o valor esperado de pagamento de cada parcela semestral da escritura de debênture e é classificado no curto prazo.
- b) **Reserva da Dívida debentures** - Conta reserva mantida com o objetivo de garantir o pagamento da dívida de debentures em caso de insuficiência de caixa. O montante representa o valor esperado de pagamento da próxima parcela da escritura e não é movimentado, devendo ser mantido até o final do contrato (adicional ao estabelecido no item a.).
- c) **Centralizadora** - As contas centralizadoras são contas correntes de titularidade das controladas, porém geridas pelo banco administrador, constituídas exclusivamente para movimentação dos saldos relacionados aos financiamentos e são destinadas ao recebimento total dos direitos cedidos nos contratos de financiamento.
- d) **Reserva de O&M** - Conta reserva destinada ao pagamento de O&M em caso de insuficiência de caixa, deve conter 1/4 do valor anual do pagamento de O&M.
- e) **Reserva de dívida BNDES** - Conta reserva destinada ao pagamento da dívida BNDES em caso de insuficiência de caixa, deve conter 3x o valor da última parcela paga.
- f) **Reserva especial** - Conforme definido pelo contrato de cessão fiduciária de direitos, dos projetos de São Jorge e Ventos de São Clemente, os saldos de caixa remanescentes nas contas centralizadoras dos projetos após pagamento das obrigações devem ser transferidos para as contas reservas especiais e o saldo poderá ser utilizado somente para pagamento de dividendos aprovados pelos credores. Em Clemente, nos anos de 2021, 2025, 2029 e 2033, no primeiro dia útil de cada mês, serão transferidos da conta de Reserva de especial para a conta Centralizadora da Companhia, 1/12 correspondente ao saldo total da conta de Reserva de especial existente em primeiro de janeiro dos respectivos anos.

- g) **Reserva da Dívida BNB** - Conta reserva destinada ao pagamento da dívida BNB em caso de insuficiência de caixa, deve conter o valor da última parcela para o projeto de Echo 1, 2,70% do Saldo devedor para o projeto Espírito Santo 5 e demais clusters deve conter 3,75% do saldo devedor
- h) **Reserva acumulada (ressarcimento)** – Em Clemente, em decorrência da repactuação dos financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Companhia passou a constituir montantes relacionados as contas de Reserva acumulada, com o objetivo de assegurar percentuais relacionados aos saldos das provisões para ressarcimento quadrienal. No último dia útil dos anos de 2020, 2024, 2028 e 2032, o saldo total será transferido para conta Reserva especial.

Em 2020 essa conta foi apresentada no ativo circulante, considerando que se tratava da reserva referente aos ciclos dos contratos regulados de fornecimento de energia do Regulado que se encerraram em 2021, assim sendo, os valores nelas mantido na data base foram liberados para conta livre movimento (Caixa e equivalentes de caixa) no decorrer de 2021. Os valores existentes em 31 de dezembro de 2021, se referem ao próximo quadriênio.

7 Contas a receber

Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal e podem ser reduzidos por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

Os saldos de contas a receber incluem valores gerados nas operações ordinárias das controladas e estão segregadas nas naturezas abaixo demonstradas:

- (a) **MCP CCEE:** saldo a receber decorre do mecanismo de fechamento de posição energética na CCEE, que ajusta as receitas faturadas mensalmente por meio da garantia física registrada pela Companhia na CCEE à quantidade física efetivamente gerada, podendo representar um valor a receber ou a pagar.
- (b) **Ambiente de Contratação Livre:** Venda de energia realizada através de negociações bilaterais entre as partes e liquidações na CCEE.
- (c) **Ambiente de Contratação Regulada:** Contratos de venda de energia oriundos dos leilões regulados realizados pela CCEE.
- (d) **Contas a receber – Compromissos futuros:** mensuração a valor justo dos contratos futuros de Echoenergia comercializadora de energia.
- (e) **Outras contas a receber:** Valor decorrente de contratos firmados com o fornecedor de aerogeradores, onde, cláusulas contratuais estabelecem que, ocorrendo disponibilidade do aerogerador abaixo do índice estipulado em contrato o fornecedor tem a obrigação de ressarcir as Controladas.

- (f) **PECLD:** Com exceção do valor reconhecido em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 de R\$ 294, a Companhia não reconheceu outras perdas para créditos de liquidação duvidosa, pois os respectivos recebíveis não apresentam indícios de risco de crédito.

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Transações MCP CCEE (a)	10.647	10.098
Transações Realizadas no ACL (b)	23.557	46.984
Transações Realizadas no ACR (c)	175.504	144.637
Contas a receber – Compromissos futuros (d)	7.282	-
Outras contas a receber (e)	834	-
(-) Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa (f)	(294)	(294)
Total	217.530	201.425
Circulante	153.103	145.524
Não circulante (i)	64.427	55.901

- (i) Os valores classificados no ativo não circulante compreendem aos valores de excedente quadrienal em formação sobre contratos de venda de energia no ambiente regulado (ACR).

Perda estimada em crédito de liquidação duvidosa

O critério utilizado pela Companhia e suas controladas para constituir PECLD é de análise individual, considerando expectativas futuras de problemas de liquidação. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não constituiu novos saldos de PECLD, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores.

Abaixo é demonstrada a movimentação das Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa dos períodos:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 1º de janeiro	294	459
Provisões (reversão) reconhecidas no ano	-	(165)
Saldo em 31 de dezembro	294	294

8 Tributos a recuperar

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ a recuperar	3.241	2.169	21.658	20.821
Total	3.241	2.169	21.658	20.821

b) Outros tributos a recuperar

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
PIS a recuperar	1.238	576
COFINS a recuperar	2.454	2.014
Outros impostos a recuperar	744	222
Total	4.436	2.812

9 Despesas pagas antecipadamente

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Custo com emissão de títulos e valores mobiliários	-	2.669	-	2.669
Seguros a apropriar	1.004	2.315	12.926	14.158
Fianças e compromisso (i)	290	547	30.815	40.332
Outras despesas antecipadas	2.117	740	2.145	866
Total	3.411	6.271	45.886	58.025
Circulante	795	4.127	38.256	51.643
Não circulante	2.616	2.144	7.630	6.382

- (i) A conta representa o montante total dos prêmios estabelecidos nos contratos de fianças e compromissos exigidos pelos contratos de financiamento, onde são registrados inicialmente com contrapartida passiva na rubrica de outras contas a pagar. O saldo ativo é alocado no resultado linearmente de acordo com os prazos de coberturas estabelecidos em contratos e o passivo liquidado nas datas acordadas em contrato.

10 Investimentos

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Investimentos (a)	2.077.993	1.948.970
Direito de exploração dos contratos comerciais de controladas líquidos dos efeitos fiscais (b)	376.127	359.505
Total	2.454.120	2.308.475

a) Investimentos em controladas

Composição

Investidas	Participações		31/12/2021			31/12/2020		
	2021	2020	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Investimento	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Investimento
Echo Holding 1	100%	100%	643.977	(3.000)	643.977	646.749	(41.521)	646.749
Eólica Baixa Verde	100%	100%	44.772	9.724	44.772	37.358	5.688	37.358
Eólica Moxotó	100%	100%	43.557	9.380	43.557	36.405	7.109	36.405
Eólica Pedra do Reino	100%	100%	57.585	11.296	57.585	48.972	4.862	48.972
Eolicatec Sobradinho	100%	100%	28.914	6.569	28.914	23.905	5.074	23.905
Serras Holding	100%	100%	223.782	(1.684)	223.782	263.931	683	263.931
E4 Holding (*)	100%	100%	-	(7.347)	-	184.218	2.190	184.218
E5 Holding (*)	100%	100%	-	(3.950)	-	150.503	(645)	150.503
Vila Sergipe 1	100%	100%	60.097	540	60.097	67.878	4.271	67.878
Vila Rio Grande do Norte 1	100%	100%	33.796	(3.274)	33.796	42.759	1.663	42.759
Vila Rio Grande do Norte 2	100%	100%	51.622	507	51.622	61.103	2.431	61.103
Vila Sergipe 2	100%	100%	40.659	(228)	40.659	53.148	5.005	53.148
Vila Sergipe 3	100%	100%	22.871	(844)	22.871	27.643	397	27.643
Vila Sergipe 4	100%	100%	(12)	(50)	(12)	(24)	(65)	(24)
Vila Piauí 1	100%	100%	34.396	(2.722)	34.396	37.118	1.722	37.118
Vila Piauí 2	100%	100%	31.203	(3.076)	31.203	34.279	(1.220)	34.279
Vila Piauí 3	100%	100%	47.811	1.071	47.811	56.986	1.263	56.986
Serra do Mel Holding	100%	100%	410.723	(19.472)	410.723	174.461	(698)	174.461
Vila Echoenergia	100%	100%	31	(48)	31	21	(68)	21
Vila Alagoas 3	100%	100%	144	(55)	144	75	(67)	75
Echoenergia Comercializadora	100%	100%	21.586	(8.419)	21.586	1.005	17	1.005
Bons Ventos de Bitiquara I	100%	100%	237	(65)	237	249	(9)	249
Bons Ventos de Bitiquara II	100%	100%	242	(43)	242	228	(9)	228
Eólica Cabeço Vermelho S.A	100%	100%	55.672	(1.300)	55.672	-	-	-
Eólica Cabeço Vermelho II .SA	100%	100%	30.151	(313)	30.151	-	-	-
Eólica Pedra Rajada S.A	100%	100%	38.822	(1.518)	38.822	-	-	-
Eólica Pedra Rajada II S.A	100%	100%	41.879	1.485	41.879	-	-	-
Eólica Pedra do Reino IV S.A	100%	100%	48.616	7.093	48.616	-	-	-
Eólica Boa Esperança I S.A	100%	100%	60.983	574	60.983	-	-	-
Echoenergia Suprimentos e Empreendimentos LTDA	100%	100%	3.371	(234)	3.371	-	-	-
Ribeiro Gonçalves Energia Solar Ltda.	100%	100%	506	-	506	-	-	-
Investimentos			2.077.993	(9.403)	2.077.993	1.948.970	(1.927)	1.948.970

(*) O Resultado apresentado para as empresas controladas, representa a equivalência patrimonial das investidas de E4 e E5 Holding até a data da incorporação, para maiores detalhes, ver nota 1.C.

Abaixo seguem as movimentações dos investimentos:

Investidas	01/01/2021	Reorganização Societária (*)	Aumento de capital	(Redução) de capital	Dividendos propostos	Resultado equivalência patrimonial	Transações de capital (*)	Aquisição (**)	31/12/2021
Echo Holding 1	646.749	-	228	-	-	(3.000)	-	-	643.977
Eólica Baixa Verde	37.358	-	-	-	(2.310)	9.724	-	-	44.772
Eólica Moxotó	36.405	-	-	-	(2.228)	9.380	-	-	43.557
Pedra do Reino	48.972	-	-	-	(2.683)	11.296	-	-	57.585
Sobradinho	23.905	-	-	-	(1.560)	6.569	-	-	28.914
Serras Holding	263.931	-	3.535	(42.000)	-	(1.684)	-	-	223.782
E4 Holding.	184.218	(176.871)	-	-	-	(7.347)	-	-	-
E5 Holding	150.503	(146.580)	27	-	-	(3.950)	-	-	-
Vila Sergipe 1	67.878	-	-	(8.193)	(128)	540	-	-	60.097
Rio Grande do Norte 1	42.759	-	7.556	(13.245)	-	(3.274)	-	-	33.796
Rio Grande do Norte 2	61.103	-	11.549	(21.417)	(120)	507	-	-	51.622
Vila Sergipe 2	53.148	-	-	(12.261)	-	(228)	-	-	40.659
Vila Sergipe 3	27.643	-	-	(3.928)	-	(844)	-	-	22.871
Vila Alagoas 4	(24)	-	62	-	-	(50)	-	-	(12)
Vila Piauí 1.	37.118	-	-	-	-	(2.722)	-	-	34.396
Vila Piauí 2	34.279	-	-	-	-	(3.076)	-	-	31.203
Vila Piauí 3	56.986	-	-	(9.992)	(254)	1.071	-	-	47.811
Serra do Mel Holding	174.461	3.776	254.124	-	-	(19.472)	(2.166)	-	410.723
Vila Echoenergia	21	-	58	-	-	(48)	-	-	31
Vila Alagoas 3	75	-	124	-	-	(55)	-	-	144
Echoenergia Comercializadora	1.005	-	29.000	-	-	(8.419)	-	-	21.586
Bitiquara I	249	-	53	-	-	(65)	-	-	237
Bitiquara II	228	-	57	-	-	(43)	-	-	242
Eólica Cabeço Vermelho S.A	-	60.722	-	(3.750)	-	(1.300)	-	-	55.672
Eólica Cabeço Vermelho II S.A	-	32.784	-	(2.320)	-	(313)	-	-	30.151
Eólica Pedra Rajada S.A	-	40.340	-	-	-	(1.518)	-	-	38.822
Eólica Pedra Rajada II S.A	-	40.394	-	-	-	1.485	-	-	41.879
Eólica Pedra do Reino IV S.A	-	45.671	-	(2.720)	(1.428)	7.093	-	-	48.616
Eólica Boa Esperança I S.A	-	63.999	-	(3.590)	-	574	-	-	60.983
Echoenergia Suprimentos e Empreendimentos Ltda	-	-	3.605	-	-	(234)	-	-	3.371
Ribeiro Gonçalves Energia Solar Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	506	506
Total	1.948.970	(35.765)	309.978	(123.416)	(10.711)	(9.403)	(2.166)	506	2.077.993

(*) O saldo de reorganizações societárias, conforme nota explicativa nº 1C, resultaram no reconhecimento de ativos e passivos na Companhia alocados em rubricas distintas de investimentos em controladas, dentre os mais significativos divulgados nas notas explicativas nº 10b e 29b, anulando o valor negativo de R\$ 35.765, apresentado no quadro acima em decorrência das reorganizações societárias, portanto, nenhuma perda foi reconhecida resultante das reorganizações societárias.

(**) Conforme nota explicativa 1.b.

Echoenergia Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Investidas	31/12/2019	Aumento de capital	Redução de capital	Dividendos propostos	Resultado de equivalência patrimonial	Transações de capital	31/12/2020
Echo Holding 1	485.653	202.617	-	-	(41.521)	-	646.749
Eólica Baixa Verde	54.186	-	-	(22.516)	5.688	-	37.358
Eólica Moxotó	48.704	-	-	(19.408)	7.109	-	36.405
Pedra do Reino	61.766	-	-	(17.656)	4.862	-	48.972
Sobradinho	30.537	-	-	(11.706)	5.074	-	23.905
Serras Holding	263.068	180	-	-	683	-	263.931
E4 Holding.	186.028	-	(4.000)	-	2.190	-	184.218
E5 Holding	171.393	3	(15.002)	(5.246)	(645)	-	150.503
Vila Sergipe 1	65.139	46.856	(47.372)	(1.016)	4.271	-	67.878
Rio Grande do Norte 1	41.799	30.623	(30.928)	(398)	1.663	-	42.759
Rio Grande do Norte 2	63.959	42.287	(47.039)	(535)	2.431	-	61.103
Vila Sergipe 2	41.305	38.672	(30.674)	(1.160)	5.005	-	53.148
Vila Sergipe 3	21.592	22.916	(17.198)	(64)	397	-	27.643
Vila Alagoas 4	(4)	45	-	-	(65)	-	(24)
Vila Piauí 1.	48.307	11.465	(23.991)	(385)	1.722	-	37.118
Vila Piauí 2	42.104	3.932	(10.537)	-	(1.220)	-	34.279
Vila Piauí 3	43.644	45.553	(33.249)	(225)	1.263	-	56.986
Serra do Mel Holding	42.750	130.253	(2)	-	(698)	2.158	174.461
Vila Echoenergia	35	54	-	-	(68)	-	21
Vila Alagoas 3	45	97	-	-	(67)	-	75
Echoenergia Comercializadora	988	-	-	-	17	-	1.005
Bitiquara I	177	81	-	-	(9)	-	249
Bitiquara II	176	61	-	-	(9)	-	228
Eólica Cabeço Vermelho S.A	-	-	-	-	-	-	-
Eólica Cabeço Vermelho II S.A	-	-	-	-	-	-	-
Eólica Pedra Rajada S.A	-	-	-	-	-	-	-
Eólica Pedra Rajada II S.A	-	-	-	-	-	-	-
Eólica Pedra do Reino IV S.A	-	-	-	-	-	-	-
Eólica Boa Esperança I S.A	-	-	-	-	-	-	-
Echoenergia Suprimentos e Empreendimentos LTDA	-	-	-	-	-	-	-
Ribeiro Gonçalves Energia Solar Ltda.	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.713.351	575.695	(259.992)	(80.315)	(1.927)	2.158	1.948.970

(i) Informações financeiras das investidas

Investidas	31/12/2021					
	Capital Social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro / (Prejuízo)
Echo Holding.	811.448	1.964.335	1.320.358	643.977	325.951	(3.000)
Eólica Baixa Verde	28.653	100.892	56.120	44.772	22.704	9.724
Eólica Moxotó	30.708	84.259	40.702	43.557	19.849	9.380
Eólica Pedra do Reino.	39.948	132.638	75.053	57.585	27.253	11.296
Sobradinho	17.926	63.977	35.063	28.914	13.667	6.569
Serras Holding	230.938	653.190	429.408	223.782	104.956	(1.684)
E4 Holding (*)	-	-	-	-	-	(7.347)
E5 Holding (*)	-	-	-	-	-	(3.950)
Vila Sergipe 1	56.554	214.943	154.846	60.097	35.873	540
Rio Grande do Norte 1	35.984	126.347	92.551	33.796	17.788	(3.274)
Rio Grande do Norte 2	49.518	194.516	142.894	51.622	33.559	507
Sergipe 2	37.164	163.993	123.334	40.659	30.481	(228)
Sergipe 3	23.510	80.215	57.344	22.871	13.915	(844)
Vila Alagoas 4	178	1	13	(12)	-	(50)
Vila Piauí 1	35.883	174.007	139.611	34.396	35.082	(2.722)
Vila Piauí 2	35.576	169.896	138.693	31.203	35.730	(3.076)
Vila Piauí 3	46.271	187.931	140.120	47.811	35.858	1.071
Serra do Mel Holding	431.796	567.109	156.386	410.723	29.932	(19.472)
Vila Echoenergia	221	44	13	31	-	(48)
Vila Alagoas 3	334	163	19	144	-	(55)
Echoenergia Comercializadora	30.007	35.999	14.413	21.586	62.569	(8.419)
Bitiquara I	331	240	3	237	-	(65)
Bitiquara II	315	241	-1	242	-	(43)
Eólica Cabeço Vermelho S.A	58.312	164.168	108.496	55.672	26.387	(1.300)
Eólica Cabeço Vermelho II S.A	31.568	98.708	68.557	30.151	17.132	(313)
Eólica Pedra Rajada S.A	44.470	135.750	96.928	38.822	20.419	(1.518)
Eólica Pedra Rajada II S.A	42.120	125.855	83.976	41.879	19.536	1.485
Eólica Pedra do Reino IV S.A	36.313	132.905	84.289	48.616	21.385	7.093
Eólica Boa Esperança I S.A	63.926	168.239	107.256	60.983	28.686	574
Echoenergia Suprimentos	3.605	15.471	12.100	3.371	-	(234)
Ribeiro Gonçalves	1.190	544	38	506	-	-
Total	2.224.767	5.756.576	3.678.583	2.077.993	978.712	(9.403)

(*) O resultado com equivalência patrimonial compreende o período até a incorporação conforme nota explicativa 1.c.

Echoenergia Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	31/12/2020					
Investidas	Capital Social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro / (Prejuízo)
Echo Holding	811.220	646.770	21	646.749	270.428	(41.521)
Serras Holding	269.403	313.758	49.827	263.931	96.844	683
E4 Holding	199.901	184.242	24	184.218	74.324	2.190
E5 Holding	118.194	177.709	26.365	151.344	45.126	(645)
Eólica Pedra do Reino	39.948	126.866	76.739	50.127	25.496	4.862
Eólica Baixa Verde	28.653	95.184	56.475	38.709	21.140	5.688
Eólica Moxotó	30.708	79.433	41.340	38.093	17.361	7.109
Sobradinho	17.926	60.278	35.168	25.110	12.384	5.074
Vila Sergipe 1	64.747	230.666	162.788	67.878	23.730	4.271
Rio Grande do Norte 1	41.673	139.734	96.975	42.759	18.232	1.663
Rio Grande do Norte 2	59.386	211.924	150.821	61.103	24.065	2.431
Sergipe 2	49.425	179.322	126.174	53.148	20.377	5.005
Sergipe 3	27.438	85.498	57.855	27.643	7.341	397
Vila Piauí 3	56.264	201.236	144.250	56.986	17.658	1.263
Vila Piauí 1	35.883	175.379	138.261	37.118	13.916	1.722
Vila Piauí 2	35.576	170.062	135.783	34.279	10.023	(1.220)
Vila Alagoas 4	116	-	24	(24)	-	(65)
Serra do Mel Holding	173.896	216.563	42.102	174.461	-	(698)
Vila Alagoas 3	211	106	31	75	-	(67)
Echoenergia Comercializadora	1.007	1.022	17	1.005	-	17
Bitiquara I	278	267	18	249	-	(9)
Bitiquara II	257	246	18	228	-	(9)
Vila Echoenergia	163	77	56	21	-	(68)
Total	2.062.273	3.296.342	1.341.132	1.955.210	698.445	(1.927)

b) Direito de exploração dos contratos comerciais de controladas líquidos dos efeitos fiscais

	Vida útil	31/12/2021		
		Direitos de exploração	IR e CS diferidos	Saldo líquido
Echo Holding 1 S. A	05/2017 a 12/2038	376.437	(127.989)	248.448
Eólica Pedra do Reino S.A	11/2017 a 06/2032	30.562	(10.391)	20.171
Eólica Baixa Verde S.A	11/2017 a 06/2032	39.147	(13.310)	25.837
Eólica Moxotó S.A	11/2017 a 08/2033	43.675	(14.850)	28.825
Eólica Sobradinho S.A	11/2017 a 08/2033	20.659	(7.024)	13.635
Eólica Pedra do Reino IV S.A. (i)	01/2019 a 12/2038	22.156	(7.533)	14.623
Eólica Boa Esperança I S.A. (i)	01/2019 a 12/2038	37.254	(12.666)	24.588
Total investidas diretas		569.890	(193.763)	376.127

(i) Na incorporação das controladas E4 holding e E5 Holding, a Companhia reconheceu o saldo da mais-valia que estavam reconhecidas nas investidas. Para detalhes da operação, ver nota explicativa 1.b.

	Vida útil	31/12/2020		
		Direitos de exploração	IR e CS diferidos	Saldo líquido
Echo Holding 1 S. A	05/2017 a 12/2038	398.568	(135.557)	263.019
Eólica Pedra do Reino S.A	11/2017 a 06/2032	33.471	(11.380)	22.091
Eólica Baixa Verde S.A	11/2017 a 06/2032	42.874	(14.577)	28.297
Eólica Moxotó S.A	11/2017 a 08/2033	47.416	(16.121)	31.295
Eólica Sobradinho S.A	11/2017 a 08/2033	22.429	(7.626)	14.803
Total investidas diretas		544.758	(185.261)	359.505
Eólica Pedra do Reino IV S.A.	01/2019 a 12/2038	39.436	(13.365)	26.071
Eólica Boa Esperança I S.A.	01/2019 a 12/2038	23.458	(7.976)	15.482
Total investidas indiretas		62.894	(21.341)	41.553
		607.652	(206.602)	401.058

11 Direito de uso e Arrendamentos

Os parques eólicos onde as Controladas desenvolvem suas atividades são objeto de contrato de arrendamento, exceto as controladas do complexo de São Clemente e Eólica Paraíso S.A.. No caso da Controladora, sua sede administrativa também é objeto de contrato de arrendamento.

Os saldos do direito de uso estão apresentados abaixo:

	Controladora				
	Valor líquido em 31/12/2019	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2020	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2021
Ativo de direito de uso					
Arrendamento edifício	2.753	(688)	2.065	(689)	1.376
Total do ativo	2.753	(688)	2.065	(689)	1.376

	Consolidado				
	Valor líquido em 31/12/2020	Adições (*)	Baixas	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2021
Ativo de direito de uso					
Arrendamento parques eólicos	96.546	4.781	(15.557)	(2.362)	83.408
Total do ativo	96.546	4.781	(15.557)	(2.362)	83.408

(*) Referente ao valor reconhecido da provisão com desmobilização, conforme nota explicativa nº 19.

	Consolidado			
	Valor líquido em 31/12/2019	Adições	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2020
Ativo de direito de uso				
Arrendamento parques eólicos	81.210	18.349	(3.013)	96.546
Total do ativo	81.210	18.349	(3.013)	96.546

Composição dos saldos do passivo de arrendamentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivo de arrendamento	1.619	2.228	59.914	75.921
Total	1.619	2.228	59.914	75.921
Circulante	819	650	1.039	1.611
Não circulante	800	1.578	58.875	74.310

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada abaixo:

	Controladora			
	Valor líquido em 31/12/2020	Pagamentos	Juros incorridos	Valor líquido em 31/12/2021
Passivo de arrendamento				
Arrendamento prédio	2.228	(766)	157	1.619
Total do ativo	2.228	(766)	157	1.619

	Controladora			
	Valor líquido em 01/01/2020	Pagamentos	Juros Incorridos	Valor líquido em 31/12/2020
Passivo de arrendamento				
Arrendamento prédio	2.856	(825)	197	2.228
Total do ativo	2.856	(825)	197	2.228

	Consolidado				
	Valor líquido em 31/12/2020	Baixas	Pagamentos	Juros Incorridos	Valor líquido em 31/12/2021
Passivo de arrendamento					
Arrendamentos parques eólicos	75.921	(15.557)	(6.422)	5.972	59.914
Total do ativo	75.921	(15.557)	(6.422)	5.972	59.914

	Consolidado				
	Valor líquido em 01/01/2020	Adições	Pagamentos	Juros Incorridos	Valor líquido em 31/12/2020
Passivo de arrendamento					
Arrendamentos parques eólicos	63.207	13.225	(4.938)	4.427	75.921
Total do ativo	63.207	13.225	(4.938)	4.427	75.921

12 Imobilizado

(i) Composição do ativo imobilizado:

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados do consolidado estão compostos da seguinte forma:

Consolidado	Vida útil	31/12/2021			31/12/2020
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em andamento	-	232.436	-	232.436	469.480
Máquinas e equipamentos	15-30 anos	5.776.775	(965.152)	4.811.623	4.197.716
Benfeitorias em propriedades de terceiros	30 anos	49.662	(8.551)	41.111	42.850
Móveis e utensílios	16 anos	1.849	(1.849)	-	271
Equipamentos e processamento de dados	6 anos	1.132	(78)	1.054	894
Desmobilização de ativos	-	1.218	(69)	1.149	1.179
Edificações, obras civis em serviços		93	-	93	-
Total		6.063.165	(975.699)	5.087.466	4.712.390

Os ativos imobilizados do Grupo são dados em garantia em face dos financiamentos obtidos. Para maiores detalhes, consultar nota explicativa 15 e 16.

(ii) Movimentações do ativo imobilizado:

Consolidado	31/12/2021						Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	Adição	Juros (*)	Transferências	Baixas	Depreciação	
Imobilizado em andamento	469.480	569.056	19.382	(819.521)	(2.271)	(3.690)	232.436
Máquinas e equipamentos	4.197.716	4.351	-	819.521	(96)	(209.869)	4.811.623
Benfeitorias em propriedade de terceiros	42.850	-	-	-	-	(1.739)	41.111
Móveis e utensílios	271	118	-	-	-	(389)	-
Equipamentos de processamento de dados	894	169	-	-	-	(9)	1.054
Desmobilização de ativos	1.179	-	-	-	-	(30)	1.149
Edificações, obras civis em serviços	-	93	-	-	-	-	93
Total	4.712.390	573.787	19.382	-	(2.367)	(215.726)	5.087.466

Consolidado	31/12/2020						Saldo em 31/12/2020
	Saldo em 31/12/2019	Adição	Juros (*)	Transferências	Baixas	Depreciação	
Imobilizado em andamento	680.596	1.016.984	5.626	(1.232.872)	(854)	-	469.480
Máquinas e equipamentos	3.161.651	1.554	16	1.226.858	-	(192.363)	4.197.716
Benfeitorias em propriedade de terceiros	38.277	-	-	6.044	-	(1.471)	42.850
Móveis e utensílios	859	4	-	-	-	(592)	271
Equipamentos de processamento de dados	931	-	-	(30)	-	(7)	894
Desmobilização de ativos	1.218	-	-	-	-	(39)	1.179
Total	3.883.532	1.018.542	5.642	-	(854)	(194.472)	4.712.390

(*) A taxa de juros média capitalizada em 31 dezembro de 2021 foi de 10,97%, a.a. Em 31 de dezembro de 2020 4,57% a.a.

13 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Direito de exploração dos contratos comerciais de controladas				
Custo (a)	-	-	734.322	734.232
Amortização acumulada (a)	-	-	(164.432)	(126.580)
Saldo líquido direitos de exploração dos contratos comerciais	-	-	569.890	607.652
Desenvolvimento de Projetos – Nota explicativa 1.a	30.838	-	30.838	-
Outros intangíveis	336	823	3.614	3.490
Total do intangível	31.174	823	604.342	611.142

a) Direito de exploração dos contratos comerciais de controladas

	Vida útil	Consolidado				
		31/12/2020		31/12/2021		
		2019	Amortização	2020	Amortização	2021
Echo Holding I S. A	05/2017 a 12/2038	420.699	(22.131)	398.568	(22.131)	376.437
Eólica Pedra do Reino S.A	11/2017 a 06/2032	36.380	(2.909)	33.471	(2.909)	30.562
Eólica Baixa Verde S.A	11/2017 a 06/2032	46.601	(3.727)	42.874	(3.727)	39.147
Eólica Moxotó S.A	11/2017 a 08/2033	51.157	(3.741)	47.416	(3.741)	43.675
Eólica Sobradinho S.A	11/2017 a 08/2033	24.199	(1.770)	22.429	(1.770)	20.659
Eólica Boa Esperança I S.A.	01/2019 a 12/2038	41.618	(2.182)	39.436	(2.182)	37.254
Eólica Pedra do Reino IV S.A.	01/2019 a 12/2038	24.760	(1.302)	23.458	(1.302)	22.156
Total		645.414	(37.762)	607.652	(37.762)	569.890

14 Fornecedores

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Materiais e serviços (a)	5.097	6.640	58.066	87.449
Manutenção (b)	-	-	17.685	-
Seguros	-	1.307	1.167	2.485
Compromisso firme (c)	-	-	-	74.603
Fornecedores – Compromissos futuros (d)	-	-	6.390	-
Total	5.097	7.947	83.308	164.537

- (a) Refere-se a obrigações referentes a construção e serviços empregados nos parques eólicos no consolidado, e na controladora é referente contratação de serviços e suprimentos empregados nas atividades administrativas
- (b) Referente montante devido aos prestadores de serviços de manutenção nos aerogeradores das controladas.

- (c) Valor justo das oscilações nos compromissos firmes referentes a aquisições de ativo imobilizado para o projeto de Serras do Mel Holding e suas controladas, reconhecidos em decorrência da aplicação da contabilidade de *hedge* de valor justo. A variação se deve ao fato das liquidações efetuadas no exercício de 2021, conforme detalhado na nota explicativa 30.
- (d) Operações de compromisso futuro das Echoenergia Comercializadora, valorizada pelo valor justo, conforme políticas contábeis.

15 Financiamentos e empréstimos

As dívidas da Companhia e suas controladas são compostas por recursos captados, principalmente, através de financiamentos e empréstimos bancários. As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo custo amortizado.

a. Movimentação dos financiamentos e empréstimos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	129.701	39.879	2.994.947	2.455.206
Captação de empréstimos e financiamentos	-	130.000	320.631	863.007
Juros incorporados à dívida (*)	5.155	4.506	285.091	173.822
Custo de captação	(373)	(2.133)	(1.896)	(10.579)
Custo de captação incorrido	1.587	1.734	7.894	20.463
Juros pagos (*)	(6.070)	(2.463)	(245.794)	(97.410)
Amortização do principal	(130.000)	(41.822)	(397.154)	(409.562)
Saldo final	-	129.701	2.963.719	2.994.947
Circulante	-	129.701	181.882	380.162
Não circulante	-	-	2.781.837	2.614.785

(*) A oscilação entre os anos se refere principalmente a (i) aumento no indexador para os contratos de financiamentos das controladas atrelados ao IPCA (ii) no decorrer do ano de 2020 as controladas indiretas de São Clemente e São Jorge adotaram o *stand still*, que suspenderam a incidência do serviço da dívida pelo período de seis meses, conforme nota explicativa nº 1.2 b.

b. Composição dos financiamentos e empréstimos

Empréstimos e Financiamentos	Taxa de Juros	Data da contratação	Valor contratado	Vencimento Final	Pagamento	Obrigações Contratuais (Covenants)	Garantias	31/12/2021		31/12/2020	
								Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
CCB BTG - Echoenergia Participações S.A.	3,10% a.a. + CDI	19/05/2020	130.000	mai/21	- Juros trimestrais - Principal no vencimento	Não possui	ESA (Equity Support Agreement)	-	-	129.701	-
Financiamentos BNDES - Ventos de São Clemente I S.A.	2,55% a.a. + TJLP	15/12/2015	96.327	jun/33	Mensal	ICSD > 1,20 sem caixa (cluster consolidado)	Aval Echoenergia Participações, CCFDC, AF de Ações e Equipamentos	2.200	35.962	2.021	38.135
Financiamentos BNDES - Ventos de São Clemente II S.A.	2,55% a.a. + TJLP	15/12/2015	86.000	jun/33	Mensal	ICSD > 1,20 sem caixa (cluster consolidado)	Aval Echoenergia Participações, CCFDC, AF de Ações e Equipamentos	2.870	47.342	2.654	50.212
Financiamentos BNDES - Ventos de São Clemente III S.A.	2,55% a.a. + TJLP	15/12/2015	88.001	jun/33	Mensal	ICSD > 1,20 sem caixa (cluster consolidado)	Aval Echoenergia Participações, CCFDC, AF de Ações e Equipamentos	4.307	70.865	3.885	75.272
Financiamentos BNDES - Ventos de São Clemente IV S.A.	2,55% a.a. + TJLP	15/12/2015	89.001	jun/33	Mensal	ICSD > 1,20 sem caixa (cluster consolidado)	Aval Echoenergia Participações, CCFDC, AF de Ações e Equipamentos	3.954	65.162	3.634	69.151
Financiamentos BNDES - Ventos de São Clemente V S.A.	2,55% a.a. + TJLP	15/12/2015	96.001	jun/33	Mensal	ICSD > 1,20 sem caixa (cluster consolidado)	Aval Echoenergia Participações, CCFDC, AF de Ações e Equipamentos	3.081	50.856	2.812	53.943
Financiamentos BNDES - Ventos de São Clemente VI S.A.	2,55% a.a. + TJLP	15/12/2015	81.000	jun/33	Mensal	ICSD > 1,20 sem caixa (cluster consolidado)	Aval Echoenergia Participações, CCFDC, AF de Ações e Equipamentos	1.716	28.395	1.577	30.067
Financiamentos BNDES - Ventos de São Clemente VII S.A.	2,55% a.a. + TJLP	15/12/2015	64.000	jun/33	Mensal	ICSD > 1,20 sem caixa (cluster consolidado)	Aval Echoenergia Participações, CCFDC, AF de Ações e Equipamentos	2.617	43.248	2.233	45.977
Financiamentos BNDES - Ventos de São Clemente VIII S.A.	2,55% a.a. + TJLP	15/12/2015	58.000	jun/33	Mensal	ICSD > 1,20 sem caixa (cluster consolidado)	Aval Echoenergia Participações, CCFDC, AF de Ações e Equipamentos	143	2.487	144	2.629
Financiamentos BNDES – Vento Formoso Energias Renováveis S.A.	2,88% a.a. + TJLP	19/01/2017	106.168	mai/33	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior (cluster consolidado)	CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos	7.506	75.697	7.085	83.388
Financiamentos BNDES – Ventos de Tanguá Norte Energias Renováveis S.A.	2,88% a.a. + TJLP	19/01/2017	113.247	mai/33	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior (cluster consolidado)	CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos	7.999	80.669	7.544	88.873

Echoenergia Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Financiamentos BNDES – Tianguá Energias Renováveis S.A.	2,88% a.a. + TJLP	19/01/2017	106.169	mai/33	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior (cluster consolidado)	CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos	7.500	75.632	7.073	83.324
Financiamentos BNDES – Ventos do Morro do Chapéu Energias Renováveis S.A.	2,88% a.a. + TJLP	19/01/2017	108.894	mai/33	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior (cluster consolidado)	CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos	7.704	77.953	7.300	85.564
Financiamentos BNDES – Ventos do Parazinho Energias Renováveis S.A.	2,88% a.a. + TJLP	19/01/2017	113.247	mai/33	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior (cluster consolidado)	CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos	7.893	79.603	7.342	87.804
Financiamentos Vila Sergipe 1 Empreendimentos e Participações S. A	2,67% a.a. + IPCA	30/11/2018	140.474	dez/38	Mensal	Amortização de principal / (Lucro Líquido + D&A +/- itens não recorrentes) entre 30%-70%	Fiança Bancária, CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos, Aval Echoenergia Participações	8.153	135.311	3.476	142.053
Financiamentos Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A.	2,57% a.a. + IPCA	10/12/2018	88.341	dez/38	Mensal	Amortização de principal / (Lucro Líquido + D&A +/- itens não recorrentes) entre 30%-70%	Fiança Bancária, CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos, Aval Echoenergia Participações	6.057	79.834	2.085	85.001
Financiamentos Vila Rio Grande do Norte 2 Empreendimentos e Participações S.A.	2,57% a.a. + IPCA	12/12/2018	134.417	dez/38	Mensal	Amortização de principal / (Lucro Líquido + D&A +/- itens não recorrentes) entre 30%-70%	Fiança Bancária, CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos, Aval Echoenergia Participações	8.589	124.836	2.921	132.222
Financiamentos Vila Piauí 1 Empreendimentos e Participações S.A.	1,04% a.a. + IPCA	24/09/2019	85.229	ago/39	Semestral	ICSD > 1,20 com caixa acumulado do exercício anterior	CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos, Aval Echoenergia Participações e ESA FIP Ipiranga	10.902	85.835	-	85.385
Financiamentos Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.	1,04% a.a. + IPCA	24/09/2019	85.229	ago/39	Semestral	ICSD > 1,20 com caixa acumulado do exercício anterior	CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos, Aval Echoenergia Participações e ESA FIP Ipiranga	10.647	83.766	-	83.334
CCB Itaú Vila Alagoas II Empreendimentos e Participações S.A	2,05% a.a. + CDI	20/08/2020	24.000	ago/21	No vencimento	Não possui	Não possui	-	-	23.649	-
CCB Itaú Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.	2,05% a.a. + CDI	20/08/2020	55.000	ago/21	No vencimento	Não possui	Não possui	-	-	53.942	-
CCB Itaú Vila Espírito Santo II Empreendimentos e Participações S.A.	2,05% a.a. + CDI	20/08/2020	33.000	ago/21	No vencimento	Não possui	Não possui	-	-	32.371	-
CCB Itaú Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.	2,05% a.a. + CDI	20/08/2020	28.000	ago/21	No vencimento	Não possui	Não possui	-	-	27.606	-

Echoenergia Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Financiamentos BB Vila Alagoas II Empreendimentos e Participações S.A.	0,96% a.a. + IPCA	29/12/2020	55.787	jul/40	Semestral	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	CCFDC, AF de Ações e Equipamentos Aval Echoenergia Participações, e ESA FIP Ipiranga	-	55.790	-	-
Financiamentos BB Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.	0,96% a.a. + IPCA	29/12/2020	103.460	jul/40	Semestral	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	CCFDC, AF de Ações e Equipamentos Aval Echoenergia Participações, e ESA FIP Ipiranga	-	106.012	-	-
Financiamentos BB Vila Espírito Santo II Empreendimentos e Participações S.A.	0,96% a.a. + IPCA	29/12/2020	90.858	jul/40	Semestral	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	CCFDC, AF de Ações e Equipamentos Aval Echoenergia Participações, e ESA FIP Ipiranga	-	91.014	-	-
Financiamentos BNB Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.	1,55% a.a. + IPCA	30/06/2020	77.819	jul/40	Mensal	Não possui	Fiança Bancária	-	81.558	-	-
Financiamentos BNDES - Eólica Baixa Verde S.A.	2,02% a.a. + TJLP	19/03/2013	18.806	out/29	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	CCFDC, Penhor de Equipamentos, Penhor de Direitos Emergentes e Penhor de Ações	1.258	8.389	1.236	9.501
Financiamentos BNB - Eólica Baixa Verde S.A.	2,5% a.a.	27/05/2013	49.690	mai/32	Semestral	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	CCFDC, Penhor de Equipamentos, Penhor de Direitos Emergentes e Penhor de Ações	2.445	32.717	2.233	35.307
Financiamentos BNDES - Eólica Moxotó S.A.	2,02% a.a. + TJLP	19/03/2013	6.718	out/29	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	CCFDC, Penhor de Equipamentos, Penhor de Direitos Emergentes, Penhor de Direitos Creditórios e Penhor de Ações	447	2.992	442	3.267
Financiamentos BNB - Eólica Moxotó S.A.	2,5% a.a.	27/05/2013	46.702	mai/33	Semestral	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	CCFDC, Penhor de Equipamentos, Penhor de Direitos Emergentes e Penhor de Ações	1.913	27.700	1.991	29.548
Financiamentos BNDES - Eólica Pedra do Reino S.A.	2,02% a.a. + TJLP	12/04/2013	38.716	out/29	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	CCFDC, Penhor de Equipamentos, Penhor de Direitos Emergentes, Penhor de Direitos Creditórios e Penhor de Ações	2.601	17.277	2.545	19.736
Financiamentos BNB - Eólica Pedra do Reino S.A.	2,5% a.a.	27/05/2013	53.959	mai/32	Semestral	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	CCFDC, Penhor de Equipamentos, Penhor de Direitos Emergentes e Penhor de Ações	2.620	39.165	2.320	41.820

Echoenergia Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Financiamentos BNDES – Sobradinho S.A.	2,18% a.a. + TJLP	12/04/2013	15.358	out/29	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	CCFDC, Penhor de Equipamentos, Penhor de Direitos Emergentes, Penhor de Direitos Creditórios e Penhor de Ações	794	5.273	780	5.904
Financiamentos BNB – Sobradinho S.A.	2,5% a.a.	27/05/2013	29.040	mai/33	Semestral	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	CCFDC, Penhor de Equipamentos, Penhor de Direitos Emergentes e Penhor de Ações	1.378	20.104	1.444	21.346
Financiamentos BNDES - Serra de Santana S.A.	2,65% a.a. + TJLP	16/12/2015	64.181	out/32	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos	3.357	50.363	3.143	53.631
Financiamentos BNDES - Lagoa Nova S.A.	2,65% a.a. + TJLP	16/12/2015	100.900	out/32	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos	5.264	79.091	5.010	84.313
Financiamentos BNDES – Seridó S.A.	2,65% a.a. + TJLP	16/12/2015	100.174	out/32	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos	5.239	78.558	4.936	83.606
Financiamentos BNDES – Paraíso S.A.	2,65% a.a. + TJLP	16/12/2015	53.670	out/32	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos	3.788	34.319	2.589	42.431
Financiamentos BNDES – Eólica Lanchinha S.A.	2,65% a.a. + TJLP	16/12/2015	77.075	out/32	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos	5.433	49.221	3.713	60.855
Financiamentos Vila Sergipe 2 Empreendimentos e Participações S.A.	2,57% a.a. + IPCA	10/12/2018	116.897	dez/35	Mensal	Amortização de principal / (Lucro Líquido + D&A +/- itens não recorrentes) entre 30%-70%	Fiança Bancária, CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos, Aval Echoenergia Participações	7.398	107.768	-	115.098
Financiamentos BNB - Vila Sergipe 3 Empreendimentos e Participações S.A.	2,57% a.a. + IPCA	12/12/2018	52.193	dez/35	Mensal	Amortização de principal / (Lucro Líquido + D&A +/- itens não recorrentes) entre 30%-70%	Fiança Bancária, CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos, Aval Echoenergia Participações	3.617	49.891	-	53.167
Financiamentos Vila Piauí 3 Empreendimentos e Participações S.A.	2,57% a.a. + IPCA	06/12/2018	134.339	dez/35	Mensal	Amortização de principal / (Lucro Líquido + D&A +/- itens não recorrentes) entre 30%-70%	Fiança Bancária, CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos, Aval Echoenergia Participações	7.841	122.618	-	130.298
Financiamentos BNB - Eólica Cabeço Vermelho I S.A.	2,18% a.a. + IPCA	26/03/2018	112.716	abr/37	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	Fiança Bancária, CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos, Aval Echoenergia Participações	4.807	96.905	3.936	101.837

Echoenergia Participações S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2021 e 2020*

Financiamentos BNB - Eólica Cabeço Vermelho II S.A.	2,11% a.a. + IPCA	03/04/2018	72.438	abr/37	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	Fiança Bancária, CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos, Aval Echoenergia Participações	3.146	60.927	2.508	64.127
Financiamentos BNB - Eólica Pedra Rajada S.A.	2,11% a.a. + IPCA	11/04/2018	108.079	nov/37	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	Fiança Bancária, CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos, Aval Echoenergia Participações	4.006	83.363	3.293	87.873
Financiamentos BNB - Eólica Pedra Rajada II S.A.	2,11% a.a. + IPCA	18/04/2018	92.245	nov/37	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	Fiança Bancária, CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos, Aval Echoenergia Participações	3.502	70.714	2.787	74.512
Financiamentos BNB - Eólica Pedra do Reino IV S.A.	2,18% a.a. + IPCA	01/01/1900	77.635	mar/38	Mensal	ICSD > 1,30 sem caixa até 2021	Fiança Bancária, CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos, Aval Echoenergia Participações	3.106	71.255	1.840	74.805
Financiamentos BNB - Eólica Boa Esperança S.A.	2,18% a.a. + IPCA	09/03/2018	101.401	mar/38	Mensal	ICSD > 1,30 sem caixa até 2021	Fiança Bancária, CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos, Aval Echoenergia Participações	4.084	95.400	2.361	99.469
								181.882	2.781.837	380.162	2.614.785

c. Obrigações contratuais - Covenants

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (Covenants) comumente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros e qualitativos. Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia e das controladas exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos covenants impostos nos contratos de dívida pode acarretar um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos.

A relação dos covenants aplicáveis aos financiamentos e empréstimos aparece descrita por contrato individualmente no quadro imediatamente acima (nota 15.b).

Os Covenants são medidos anualmente nos exercícios findos em dezembro dos respectivos anos e são monitorados pela administração da Companhia.

c. Cronograma de amortização

Os fluxos de pagamentos dos financiamentos e empréstimos estão apresentados no quadro a seguir:

Ano	Consolidado
	<u>31/12/2021</u>
2023	174.097
2024	186.068
2025	190.007
2026	194.864
2027 a 2039	<u>2.036.801</u>
Total	<u><u>2.781.837</u></u>

d. Garantias

As garantias dos financiamentos são as usuais para estrutura de financiamento de projetos. Os contratos de financiamento têm como garantias fiança bancária, cessão fiduciária de direitos de crédito decorrentes de qualquer contrato de venda de energia, penhor das ações e penhor dos equipamentos, incluindo contas reservas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização, alienação das máquinas e equipamentos. Detalhes ver o quadro 14.b.

16 Debêntures

As debêntures da Companhia e suas controladas têm por característica a não conversibilidade em ações, ou seja, são títulos que não dão direito à conversão em ações da companhia emissora. As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo custo amortizado.

a. As movimentações das debêntures são apresentadas conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	184.636	-	587.543	286.171
Captação de debêntures	440.000	180.000	582.000	496.097
Custo de captação incorrido	1.264	451	1.540	785
Custo de captação	(4.649)	(9.834)	(10.552)	(10.719)
Juros incorporados à dívida	62.996	14.019	152.836	59.878
Juros pagos	(24.618)	-	(49.133)	(25.724)
Amortização do principal	-	-	(34.582)	(218.945)
Saldo final	659.629	184.636	1.229.652	587.543
Circulante (*)	20.601	-	73.815	100.071
Não circulante	639.028	184.636	1.155.837	487.472

(*) A diminuição no saldo reconhecido no passivo circulante em 31 de dezembro de 2021, quando comparado a 31 de dezembro de 2020 refere-se à reclassificação das debêntures de Vila Piauí 1 e Vila Piauí 2 para o longo prazo, além das amortizações ocorridas no período. Para detalhes da transação, ver nota explicativa 16. c (i).

Echoenergia Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Companhia	Agente Fiduciário	Qtd. de títulos	Valor nominal unitário	Taxa de juros	Vencimento final	Covenants	Forma de pagamento	Garantias	Consolidado			
									31/12/2021		31/12/2020	
									Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Echoenergia Participações S.A.	SIMPLIFIC PAVARINI DTVM LTDA	180.000	1.000	IPCA + 6,90% a. a	jun/30	ICSD > 1,20 sem caixa, Dívida Líquida/EBITDA, sendo 2022 < 5,75 x, 2023 < 5,25x, 2024 < 4,50x, 2025 < 4,25x	Anual	Não possui	885	202.087	-	184.636
Echoenergia Participações S.A.	Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	140.000	1.000	IPCA + 4,75% a. a	jan/31	ICSD > 1,20 sem caixa, Dívida Líquida/EBITDA, sendo 2022 < 5,75 x, 2023 < 5,25x, 2024 < 4,50x, 2025 < 4,25x	Anual	Não possui	14.636	136.941	-	-
Echoenergia Participações S.A.	Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	300.000	1.000	CDI + 2,20% a.a.	jul/24	ICSD > 1,20 sem caixa, Dívida Líquida/EBITDA, sendo 2022 < 5,75 x, 2023 < 5,25x, 2024 < 4,50x, 2025 < 4,25x	- Juros trimestrais - Principal no vencimento	Não possui	5.080	300.000	-	-
Ventos de São Clemente Holding S.A.	Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	180.000	1.000	IPCA + 8,00% a.a.	out/30	ICSD > 1,20 sem caixa (cluster consolidado)	Semestral	CCFDC, AF de Ações e Equipamentos, Aval da controladora	13.529	183.574	7.313	176.544
Ventos de São Clemente Holding S.A.	SIMPLIFIC PAVARINI DTVM LTDA	20.000	1.000	IPCA + 7,059 % a.a.	dez/29	ICSD > 1,20 sem caixa (cluster consolidado)	Semestral	Não possui	2.508	19.209	1.948	19.742
Serras Holding S.A.	Oliveira Trust	40.000	1.000	IPCA + 7,64% a.a.	jul/32	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	Semestral	CCFDC, AF de Ações e Equipamentos	5.186	42.877	1.768	42.394
São Jorge Holding S.A.	Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	45.000	1.000	IPCA + 9,00% a.a.	jul/28	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior (cluster consolidado)	Semestral	CCFDC, AF de Ações e Equipamentos	9.635	64.245	2.883	64.156
Vila Piauí 1 Empreendimentos e Participações S.A.	Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	43.000	1.000	IPCA + 5,95% a.a.	jun/35	ICSD > 1,20 sem caixa para <i>Completion</i> e ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior para manutenção	Semestral	Fiança Bancária, CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos,	2.523	34.298	42.573	-
Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.	Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	44.000	1.000	IPCA + 5,95% a.a.	jun/35	ICSD > 1,20 sem caixa para <i>Completion</i> e ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior para manutenção	Semestral	Fiança Bancária, CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos,	2.523	35.782	43.586	-
Serra do Mel Holding S.A.	Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	142.000	1.000	IPCA + 5,29% a.a.	dez/35	ICSD > 1,20 sem caixa para <i>Completion</i> e ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior para manutenção	Semestral	Fiança Bancária, CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos,	17.310	136.824	-	-
									73.815	1.155.837	100.071	487.472

c. Obrigações contratuais - Covenants

A Companhia e suas controladas possuem contratos de debêntures com cláusulas restritivas (*Covenants*) comumente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros e cláusulas qualitativas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia e das controladas exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos.

A relação dos *covenants* aplicáveis as debêntures aparecem descritos por contrato individualmente no quadro imediatamente acima (nota 16.b).

Os *Covenants* são medidos anualmente nos exercícios findos em dezembro dos respectivos anos e são monitorados pela administração da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020 não foi cumprido os *covenants* das controladas abaixo demonstradas:

(i) Vila Piauí I e Vila Piauí II:

Com relação as debêntures das referidas controladas, a escritura determina que deverá manter índice de cobertura da dívida igual ou superior a 1,3, índice esse previsto inicialmente para ser aplicável ao exercício a findo em 31 de dezembro de 2021, ano que iniciou o contrato de venda de energia de longo prazo dos parques. Considerando que tivemos a antecipação da entrada em operação comercial (julho de 2020), a medição passou a ser necessária no exercício fiscal de 2020 de acordo com a escritura.

A métrica de cálculo considera as adições de ativo imobilizado na fórmula, e, devido as etapas dos projetos durante 2020, as controladas apresentam incremento relevante na rubrica de ativo imobilizado, decorrentes da finalização da construção dos parques ainda em 2020.

Com base no disposto, a Administração da Companhia optou por não apresentar a obrigação proposta na escritura da 1ª emissão de debêntures das controladas, conseqüentemente teve sua dívida contabilmente classificada no curto prazo, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A falta de apresentação do ICSD para o período não representou o vencimento antecipado da dívida, conforme dispensado formalmente pelos debenturistas através de AGD (Assembleia Geral de Debenturistas), realizada em 30 de março de 2021, dessa forma, para o período findo em 31 de dezembro de 2021 o montante foi classificado em circulante e não circulante de acordo com o cronograma de amortizações.

d. Cronograma de amortização

Os fluxos de pagamentos das Debêntures estão apresentados no quadro a seguir:

Ano	Consolidado
	31/12/2021
2023	349.124
2024	59.367
2025	84.824
2026	90.132
2027 a 2035	572.390
Total	1.155.837

e. Garantias

As garantias das debêntures são as usuais para estrutura de financiamento de projetos. Os contratos debêntures têm como garantias fiança bancária, cessão fiduciária de direitos de crédito decorrentes de qualquer contrato de venda de energia, penhor das ações e penhor dos equipamentos, incluindo contas reservas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização, alienação das máquinas e equipamentos.

17 Outras obrigações tributárias e imposto de renda e contribuição social a recolher

a) Outras obrigações tributárias

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
PIS a recolher	739	670
COFINS a recolher	3.417	2.980
Parcelamentos de impostos federais	12.714	6.505
Outros impostos a recolher (i)	3.764	7.532
Total	20.634	17.687
Circulante	10.291	12.766
Não circulante (ii)	10.343	4.921

(i) Impostos retidos na fonte sobre serviços tomados de terceiros e folha de pagamento, CIDE, IOF e ICMS sobre diferencial de alíquota.

Abaixo seguem movimentações dos parcelamentos:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	6.505	3.746
Parcelamentos celebrados	7.231	4.496
Juros incorridos	382	217
Pagamento de principal e juros	(1.404)	(1.954)
Saldo final	12.714	6.505
Circulante	2.371	1.584
Não circulante	10.343	4.921

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
CSLL	7.829	6.896
IRPJ	3.936	14.296
Total	11.765	21.192
Circulante	11.765	9.982
Não circulante (i)	-	11.210

(i) Saldo de impostos referente a cobrança em esferas administrativa junto à Secretaria da Receita Federal.

18 Provisão para ressarcimento

Os parques eólicos operam contratos de Energia de Reserva (LER) e contratos de Energia Nova (LEN) pela modalidade de disponibilidade, onde os contratos estabelecem limites para exposições positivas ou negativas de geração de energia em relação a receita fixa com aplicação de bônus ou penalidades.

Os ressarcimentos por desvios negativos de geração estão sendo apresentados na rubrica de Provisão de ressarcimento. Já os desvios positivos de geração, estão sendo apresentados na rubrica de contas a receber subgrupo de excedente de geração (Nota explicativa 7), ambos têm como contrapartida a rubrica de receita de venda de energia elétrica.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo do passivo de ressarcimento apresentou um aumento nas modalidades anual e quadrienal formados, principalmente pelos fatores abaixo apresentados:

- (i) Encerramento do primeiro quadriênio dos contratos de parte das controladas (para detalhes dos contratos ver Nota explicativa 1.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020). Desta forma, toda geração anual entre 90% a 100% da obrigação contratual para os anos de 2017, 2018, 2019 e 2020 foi acumulada e será paga ao longo de 2021. Além de que, gerações inferiores a 90% das obrigações contratuais, são consideradas como ressarcimento a ser liquidado no encerramento do ciclo anual.
- (ii) Impacto do despacho Aneel 2.303 de 2019 que determinou a suspensão do pagamento do ressarcimento anual de 2019 (que seria pago inicialmente em 2020 e 2021), portanto, mantido como ressarcimento a pagar em 2021.
- (iii) *Constrained-off* - A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio do despacho 2303 de 2019, suspendeu o pagamento dos ressarcimentos anuais e quadrienais apurados a partir de agosto de 2019 até que os critérios e procedimentos para reconhecimento do *Constrained-off* fossem divulgados para abatimento dos saldos a pagar de ressarcimento. Em 23/03/2021 a ANEEL estabeleceu os procedimentos e critérios para apuração e pagamento do *Constrained-off* de usinas eólicas, porém, em 26/11/2021 a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), por meio do CO 870/21, postergou o processamento do valor do *Constrained-off*, por inconsistências apontadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – (ONS), com isso, permanece suspensa a exigibilidade de pagamento do saldos de ressarcimento enquanto os reguladores não divulgarem os critérios e procedimentos finais para apuração e posterior abatimento do *Constrained-off*

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para ressarcimento Anual Formado	39.272	38.216
Provisão para ressarcimento Anual em Formação	8.345	-
Provisão para ressarcimento Quadrienal Formado	109.977	82.561
Provisão para ressarcimento Quadrienal em Formação	14	-
Total	157.608	120.777
Circulante	130.191	120.777
Não circulante	27.417	-

19 Provisão para desmobilização

De acordo com cláusula contratual contida nos contratos de arrendamentos, as controladas, com exceção do Complexo de São Clemente e São Jorge, têm a obrigação de devolver a terra onde os parques eólicos encontram-se instalados nas condições originais antes da implementação dos respectivos parques ao final do contrato de arrendamento entre 2047 e 2066.

As controladas estimaram como valor futuro para esta obrigação o montante de R\$ 572.547, com base em valores orçados de acordo com a necessidade e natureza da ação a ser desenvolvida e baseado em uma taxa de desconto média de 9,6% para 31 de dezembro de 2021 e de 7,64% para 31 de dezembro 2020. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as controladas reavaliaram as estimativas e não modificaram as premissas iniciais adotadas, devido ao fato de que as mudanças nas estimativas não geraram impactos significativos no valor reconhecido.

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 1º de janeiro	30.329	20.160
Ajuste a valor presente	5.910	5.346
Provisão registrada no exercício (i)	4.781	4.823
Saldo em 31 de dezembro	41.020	30.329

- (i) Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a provisão adicional realizada refere-se as Controladas Vila Alagoas II e Vila Espírito Santo de I a V, onde estas Companhias concluíram a construção dos parques eólicos. Com isso, os custos para desmobilização puderam ser estimados e a obrigação com desmobilização foi reconhecida.

20 Adiantamento de clientes

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Recebimento antecipado Matrix (a)	117.546	117.546
Outros adiantamentos de clientes	40	99
Total	117.586	117.645
Circulante	11.767	-
Não circulante	105.819	117.645

- (a) Contrato firmado de venda antecipada de energia incentivada no Ambiente de Contratação livre - (ACL), com os respectivos recursos financeiros recebidos em dezembro de 2020, pelas controladas Vila Espírito Santo III Empreendimentos e Participações S.A, Vila Espírito Santo IV, onde as controladas têm a obrigação de fornecer energia elétrica a contraparte que transferiu os recursos financeiros no período de janeiro de 2022 até dezembro de 2031.

(b)

21 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

a) Imposto de renda e contribuição social corrente (consolidado)

O imposto de renda e a contribuição social correntes do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 39.776 (R\$26.668 em 31 de dezembro de 2020).

As controladas da Companhia que exercem a atividade de geração, apuram o imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido. A controladora, as sub-holdings, e as controladas Vila Alagoas II, Vila Espírito Santo I a V e a Echoenergia Comercializadora de Energia apuram o imposto de renda e contribuição social com base no lucro real e estas ao final de 31 de dezembro de 2021 e 2020, com exceção de Vila Espírito Santo I e III, apresentam prejuízo fiscal. Desta forma não apuraram imposto de renda e contribuição social correntes.

O quadro abaixo demonstra a apuração do lucro real para a Companhia:

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
	IRPJ e CSLL	IRPJ e CSLL
Cálculo do lucro real		
(Prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL	(304.799)	(46.405)
Ajustes para alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Resultado com equivalência Patrimonial	9.403	1.927
Amortização de mais-valia nas investidas líquida de efeitos fiscais	23.649	34.278
Efeitos fiscais operações de arrendamento mercantil	83	55
Outras despesas indedutíveis	6	71
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões temporárias		
Adição / reversão de provisões indedutíveis	-	2.880
Outras adições e exclusões	(1.061)	-
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição Social sobre o prejuízo fiscal	(272.719)	(7.194)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	(92.724)	(2.446)

O quadro abaixo demonstra a apuração do lucro real das controladas que perceberam lucros tributáveis durante o exercício de 2021, sendo elas Vila Espírito Santo I e Vila Espírito Santo III. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, todas as demais Companhias que apuravam o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real perceberam prejuízos fiscais.

	Consolidado
	31/12/2021
	IRPJ e CSLL
Cálculo do lucro real	
(Prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL	10.382
Ajustes para alíquota efetiva	
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões temporárias	
Adição / reversão de provisões indedutíveis	885
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição Social antes do prejuízo fiscal	11.267
Compensação de prejuízo fiscal acumulado	(49)
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição Social	11.218
Alíquota nominal	34%
Imposto de renda e contribuição social	3.814
Alíquota efetiva	36,75%
	Imposto de renda
Lucro presumido	
Receitas de operações com energia elétrica	919.866
Alíquota de presunção	8%
Lucro presumido	73.589
Demais receitas	25.372
Alíquota nominal	25%
Corrente	23.744
Alíquota efetiva	24%

	Consolidado	
	31/12/2020	
	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro presumido		
Receitas de operações com energia elétrica	724.867	724.867
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	57.989	86.984
Demais receitas	15.424	15.424
Alíquota nominal	25%	9%
Corrente	17.470	9.198
Alíquota efetiva	24%	9%

b) Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

O imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no passivo não circulante, referem-se as diferenças entre os valores alocados como contratos comerciais no intangível (nota explicativa 13) e as bases fiscais de ativos. A Administração da Companhia e suas controladas não esperam que o valor alocado dessas aquisições seja dedutível para fins fiscais.

A Companhia e suas controladas possuem em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 193.763, de imposto de renda e contribuição social diferidos referente a mais valia de ativos líquidos, resultantes das combinações de negócios ocorridas em anos anteriores

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos:

Diferenças temporárias	Base de cálculo	Imposto de renda (25%)	Contribuição social (9%)	Total	
				31/12/2021	31/12/2020
Direito de exploração dos contratos comerciais	569.890	142.473	51.290	193.763	206.602
				193.763	206.602

Abaixo, é apresentada a movimentação dos passivos fiscais diferidos:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda e contribuição social diferidos em 1º de janeiro	206.602	219.442
Amortização de mais-valia combinação de negócios (ver Nota explicativa 13 - Intangível)	(12.840)	(12.840)
Imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro	193.762	206.602

Os saldos de ativos e passivos fiscais diferidos não reconhecidos são os que seguem abaixo:

Base fiscal	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Diferenças temporárias dedutíveis / (indedutíveis)	(1.061)	5.129
Prejuízos fiscais acumulados	172.438	43.275
Total	171.377	48.404
Efeito tributos diferidos		
Diferenças temporárias dedutíveis / (indedutíveis)	34% (361)	1.744
Prejuízos fiscais acumulados	34% 58.628	14.713
Imposto de renda e contribuição social diferidos (*)	57.997	16.457

(*) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não reconheceu ativos fiscais diferidos provenientes de prejuízos fiscais por não possuir perspectiva de lucros tributáveis, futuros.

Base fiscal	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Diferenças temporárias dedutíveis / (indedutíveis)	(1.061)	5.129
Prejuízos fiscais acumulados	<u>538.130</u>	<u>188.747</u>
Total	<u>537.069</u>	<u>193.876</u>
Efeito tributos diferidos		
Diferenças temporárias dedutíveis / (indedutíveis)	34% (361)	1.744
Prejuízos fiscais acumulados	34% <u>182.964</u>	<u>64.174</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos (*)	<u>182.603</u>	<u>65.918</u>

(*) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as controladas não reconheceram ativos fiscais diferidos provenientes de prejuízos fiscais por não possuir perspectiva de lucros tributáveis futuros, exceto Vila Alagoas II e Vila Espírito Santo de I a V, as quais, para o exercício de 2022, apesar de possuírem perspectiva de lucros tributáveis futuros optaram pelo regime de apuração com base no lucro presumido.

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia, subscrito e parcialmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 2.381.821 em 31 de dezembro de 2021 e 2020 dividido em 3.622.373 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pertencentes ao acionista controlador Ipiranga Fundo de Investimentos Multiestratégia.

A tabela abaixo demonstra a movimentação do valor do capital social da Companhia entre os períodos comparativos:

	31/12/2021	31/12/2020
Integralização de capital social		
Saldo inicial - Capital social integralizado	2.301.821	2.284.493
Integralização de capital no exercício	4.027	21.104
Redução de capital no exercício - AGE – 07/12/2020	<u>-</u>	<u>(3.776)</u>
Saldo final - Capital integralizado	<u>2.305.848</u>	<u>2.301.821</u>
Capital social a integralizar		
Saldo inicial de capital social a integralizar	(80.000)	(21.104)
Integralizado durante o exercício	4.027	21.104
Subscrito e não integralizadas durante o exercício – AGE - 07/12/2020	<u>-</u>	<u>(80.000)</u>
Saldo final de capital social a integralizar	<u>(75.973)</u>	<u>(80.000)</u>

A tabela abaixo demonstra a movimentação do capital social da Companhia em ações entre os períodos comparativos:

Subscrição de ações <i>Em milhares de ações</i>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo inicial - Número de ações subscritas	3.615.852	3.486.627
Canceladas durante o exercício - AGE - 07/12/2020	-	(6.368)
Subscritas e não integralizadas durante o exercício - AGE - 07/12/2020	-	135.593
Subscritas e não integralizadas durante o período - AGE - 09/04/2021	<u>6.521</u>	<u>-</u>
Saldo final - Número de ações subscritas	<u>3.622.373</u>	<u>3.615.852</u>

A Companhia distribui lucros e dividendos respeitando as restrições contratuais e legais.

b. Reserva de Capital

- (i) Para o exercício findo foi reconhecida a perda na participação relativa em controladas de R\$ 2.166 referente, (R\$ 2.158 referente aos ganhos em 31 de dezembro de 2020), conforme nota explicativa nº 1.b (i). As respectivas transações ocorreram sob controle comum, portanto, foram reconhecidas no patrimônio líquido na rubrica de reserva de capital.
- (ii) Em 28 de outubro de 2021, através da assinatura do contrato de compra e venda de ações firmado entre o controlador Ipiranga Fundo de Investimentos Multiestratégia e o Grupo Equatorial, a Companhia passou a ter o direito ao recebimento via aporte de capital do valor referente à remuneração baseada em ações, equivalente a R\$ 207.021 em dezembro de 2021, o qual será liquidado no momento da transferência de controle.

O aporte ocorreu em 03 de março de 2022, integralizado em sua totalidade pelo novo controlador e utilizado para pagamento da remuneração baseada em ações.

23 Receita líquida de vendas e comercialização

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta de venda energia elétrica	995.370	711.273
Receita de comercialização de energia – Compromissos futuros (a)	7.282	-
Outras receitas (b)	18.402	13.594
Total das receitas operacionais antes dos impostos	1.021.054	724.867
Volume gerado em MWh	4.440.478	3.632.285
PIS	(7.558)	(4.705)
COFINS	(34.784)	(21.717)
Deduções da receita	(42.342)	(26.422)
Receita operacional líquida	978.712	698.445

- a) Receita de comercialização de energia – Compromissos futuros: A receita é reconhecida pela realização do valor justo dos contratos de compromisso futuro, por meio da liquidação entre compra e venda de energia.
- b) Valor recebido dos fornecedores de manutenção dos aerogeradores, onde, cláusulas contratuais estabelecem que, ocorrendo disponibilidade do aerogerador abaixo do índice estipulado em contrato o fornecedor tem a obrigação de ressarcir as Controladas. A Companhia e suas controladas consideram esta receita como operacional por estar intrinsicamente relacionado a capacidade de geração e consequente receita.

A seguir demonstramos a segregação de receita bruta por tipo de contrato:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
CCEAR (a) - LEN	224.059	256.306
CCEAR (a) - LFA	119.849	137.098
CER (b) - LER	256.234	232.700
ACL (c)	228.421	75.664
MCP CCEE (d)	105.884	9.505
Comercialização (e)	60.923	
Total	995.370	711.273

- (a) Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado
(b) Contratos de Energia de Reserva
(c) Ambiente de Contratação Livre
(d) Mercado de Curto Prazo – CCEE e *Swap*.
(e) Contratos de comercialização de energia.

24 Custos de operação

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Depreciação	(215.140)	(193.979)
Engenharia e gestão de processos O&M	(86.254)	(66.083)
Encargos de conexão e transmissão	(55.433)	(45.204)
Compra de energia (*)	(118.162)	(17.978)
Gastos com pessoal	(24.836)	(15.390)
Serviços de terceiros	(19.036)	(11.278)
Taxas e alvarás diversos	(6.744)	(3.929)
Locações e aluguéis	(6.695)	(4.238)
Seguros	(13.522)	(6.851)
Amortização de direito de uso	(1.673)	(2.325)
Materiais	(854)	(940)
Viagens, diárias e ajuda de custo	(1.200)	(930)
Despesas com internet	(374)	(498)
Legais, judiciais e publicações	(694)	(215)
Água luz e telefone	(266)	(143)
Outros	14.445	(295)
Recuperação de créditos de liquidação duvidosa	-	165
Gastos diversos	-	(839)
Impostos e taxas	-	(246)
Total	(536.438)	(371.196)

(*) O aumento entre os anos se deve a entrada em operação da Echoenergia Comercializadora e na variação do Preço da Liquidação das Diferenças (PLD) durante o período e no volume de negociações das operações de *swap* de lastro.

25 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Programa de remuneração baseado em ações	(68.935)	-	(68.935)	-
Amortização direito de exploração	(22.920)	(22.624)	(37.762)	(37.762)
Amortização de direito de uso	(689)	(688)	(689)	(688)
Depreciação	(492)	(493)	(586)	(493)
Gastos com pessoal	(791)	(993)	(17.584)	(14.942)
Serviços de terceiros	(618)	(342)	(14.931)	(10.709)
Legais, judiciais e publicações	(253)	(86)	(2.468)	(4.019)
Viagens, diárias e ajuda de custo	(58)	(41)	(286)	(356)
Locações e aluguéis	(111)	(6)	(129)	(113)
Gastos diversos	(1.211)	(29)	(5.218)	(3.805)
Despesas com internet	-	(4)	(2)	(5)
Água, luz e telefone	(3)	(16)	(268)	(346)
Despesas com cartório	-	(2)	(593)	(426)
Impostos e Taxas	(28)	(7)	(130)	(1.534)
Taxas e alvarás diversos	-	(11)	(335)	(1.222)
Materiais	(18)	(6)	(75)	(122)
Seguros	-	(14)	(69)	(3)
Total	(96.127)	(25.361)	(150.060)	(76.545)

(a) Referente ao *vesting* do ano de 2022 do programa de remuneração baseada em ações, para detalhes, verificar nota 33.

26 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Descontos obtidos	-	76	234	89
Outras receitas	-	-	17	1.693
Rendimento de aplicação	6.107	1.727	32.053	13.642
Correção monetária de depósitos judiciais	-	-	1.607	-
Receitas financeiras	6.107	1.803	33.911	15.424
Juros sobre financiamentos (*) (**)	(5.155)	(4.506)	(269.014)	(160.261)
Valorização das outorgas da remuneração baseada em ações	(138.086)	-	(138.086)	-
Juros debêntures	(62.996)	(14.019)	(152.836)	(59.821)
Taxa de pré-pagamento de financiamentos	(2.742)	-	(2.742)	(7.919)
Tarifas bancárias	(570)	(129)	(7.815)	(2.843)
Juros diversos	(55)	-	(546)	(1.473)
IOF	(18)	(17)	(272)	(200)
Juros (Fornecedores)	(24)	(28)	(418)	(55)
Ajuste a valor presente provisão para desmobilização	-	-	(5.910)	(5.346)
Multas	-	-	-	(1.372)
Despesa captação de financiamentos, empréstimos e debêntures	(2.851)	(2.185)	(6.607)	(20.863)
Fianças e comissões bancárias	(561)	(187)	(22.656)	(34.634)
Juros sobre arrendamento	(157)	(197)	(5.494)	(4.427)
Outras despesas financeiras	(144)	(95)	(628)	(121)
Despesas financeiras	(213.359)	(21.363)	(613.024)	(299.335)

(*) A oscilação entre os anos se refere ao aumento no indexador para os contratos de financiamentos das controladas atrelados ao IPCA, e, pelo motivo de parte das controladas, no decorrer do ano de 2020 terem adotado as medidas oferecidas pelo BNDES, que suspenderam a incidência do serviço da dívida pelo período de seis meses, conforme nota explicativa nº 1.2 b.

(**) Líquido do valor dos juros de R\$ 285.091 em 31 de dezembro de 2021 e de R\$ 173.822 em 31 de dezembro de 2020, incorridos sobre os empréstimos e financiamentos, onde o restante foi capitalizado ao ativo imobilizado.

27 Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis e depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia e suas controladas não possuem processos cíveis, trabalhistas e fiscais, classificados como prováveis de perdas, em tramite nas esferas judiciais ou administrativas, processos esses classificados como prováveis de perdas, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

Todavia, tramitam processos possíveis de perda os quais são mencionados a seguir:

a) Processos judiciais por natureza

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Fiscal (i)	7.064	7.140
Cível (ii)	16.042	13.083
Total	23.106	20.223

b) Depósitos judiciais por natureza

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Fiscal	5.320	5.257
Cível	11.559	10.248
Trabalhista (*)	-	360
Total	16.879	15.865

(i) Fiscal

A Companhia e suas controladas possuem ações de caráter fiscais, as quais estão detalhadas abaixo:

Discussão envolvendo valores de ISS arbitrados de R\$ 7.064 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 7.140 em 31 de dezembro de 2020), onde foi efetuado depósito judicial para que as discussões judiciais continuassem, no valor de R\$ 5.320.

(ii) Cível

A Companhia e suas controladas possuem ações de caráter cíveis, as quais estão detalhadas abaixo:

- a) As controladas possuem demandas judiciais relacionadas a indenização aos moradores das comunidades locais por potenciais danos aos imóveis em decorrência das obras e poluição sonora que corresponde a R\$ 4.067 em 31 de dezembro de 2021 e (R\$ 2.686 em 31 de dezembro de 2020).

- b) As controladas possuem demandas judiciais relacionadas a pleitos de revisão dos valores de arrendamento que corresponde a R\$ 232 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 303 em 31 de dezembro de 2020)
- c) Execução de título de cobrança extrajudicial oriundos de termo aditivo de contrato de engenharia pleiteado pela TSK Energia e Desenvolvimento Ltda, contra a controlada Eólica Boa Esperança S.A no valor em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 400.
- d) Ações envolvendo discussão sobre valores supostamente devidos pelas SPEs Eólica Pedra Rajada S.A. e Eólica Pedra Rajada II S.A. à Ecocil – Empresa de Construções Civas Ltda., uma subcontratada da TSK Energia e Desenvolvimento Ltda., contratada para a construção do Projeto. – R\$ 11.343 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 10.094 em 31 de dezembro de 2020). Ação a qual possui R\$ 11.559 depositados judicialmente.

28 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia com suas controladas, as quais estão descritas abaixo:

a) Contas a receber

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Compartilhamento de custos e despesas		
Nova Vento Formoso S.A.	4.669	3.080
Nova Ventos do Morro do Chapéu S.A.	4.938	3.380
Nova Ventos do Parazinho S.A.	4.882	3.428
Nova Ventos do Tianguá Norte S.A.	5.044	3.567
Nova Ventos do Tianguá S.A.	5.381	3.607
Ventos de São Clemente I S.A.	197	1.013
Ventos de São Clemente II S.A.	637	975
Ventos de São Clemente III S.A.	659	1.119
Ventos de São Clemente IV	743	1.093
Ventos de São Clemente V	533	1.164
Ventos de São Clemente VI	390	920
Ventos de São Clemente VII	2.064	2.009
Ventos de São Clemente VIII	470	700
Vila Sergipe 1 Empreendimentos e Participações S.A.	327	293
Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A.	172	167
Vila Rio Grande do Norte 2 Empreendimentos e Participações S.A.	259	222
Vila Piauí 1 Empreendimentos e Participações S.A.	469	137
Vila Piauí II Empreendimentos e Participações S.A.	469	98
Eólica Baixa Verde S.A.	1.515	97
Eólica Mocotó S.A.	130	87
Eolicatec Sobradinho S.A.	893	55
Eólica Pedra do Reino S.A.	2.311	644
Eólica Serra de Santana S.A.	1.908	806
Eólica Lagoa Nova S.A.	2.012	1.512
Eólica Seridó S.A.	3.999	2.337
Eólica Paraiso S.A.	2.251	1.349

Echoenergia Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Eólica lanchinha S.A.	3.199	2.008
Vila Sergipe 2 Empreendimentos e Participações S.A.	293	207
Vila Sergipe 3 Empreendimentos e Participações S.A.	120	87
Vila Piauí III Empreendimentos e Participações S.A.	297	157
Eólica Cabeço Vermelho S.A.	89	201
Eólica Cabeço Vermelho II S.A.	37	146
Eólica Pedra Rajada S.A.	167	111
Eólica Pedra Rajada II S.A.	146	107
Pedra do Reino IV S.A.	87	93
Boa Esperança S.A.	165	138
Echoenergia Suprimentos e Empreendimentos LTDA	119	-
Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.	131	-
Vila Espírito Santo III Empreendimentos e Participações S.A.	63	-
Vila Alagoas II Empreendimentos e Participações S.A.	14	-
Vila Espírito Santo II Empreendimentos e Participações S.A.	46	-
Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.	76	-
	<u>52.371</u>	<u>37.114</u>

b) Dividendos a receber

	Controladora	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Eólica Baixa Verde S.A.	2.310	1.351
Eólica Moxotó S.A.	2.228	1.687
Eolicatec Sobradinho S.A.	1.560	1.206
Eólica Pedra do Reino S.A.	2.683	1.156
E5 Holding S. A	-	840
Vila Sergipe I Empreendimentos e Participações S. A	128	1.016
Vila Rio Grande do Norte I Empreendimentos e Participações S.A.	-	398
Vila Rio Grande do Norte II Empreendimentos e Participações S.A.	120	535
Vila Sergipe II Empreendimentos e Participações S. A	-	1.160
Vila Sergipe III Empreendimentos e Participações S. A	-	64
Vila Piauí I Empreendimentos e Participações S.A.	-	385
Vila Piauí III Empreendimentos e Participações S.A.	254	225
Eólica Cabeço Vermelho I S.A. (*)	48	-
Eólica Cabeço Vermelho II S.A. (*)	401	-
Eólica Pedra Rajada I S.A. (*)	1.174	-
Eólica Pedra Rajada II S.A. (*)	1.006	-
Eólica Pedra do Reino IV S.A. (*)	3.831	-
Eólica Boa Esperança I S.A. (*)	65	-
	<u>15.808</u>	<u>10.023</u>

c) Outras contas a receber

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
E5 Holding S.A (i)	-	5.002
FIP Ipiranga (ii)	<u>207.021</u>	<u>-</u>
Total	<u>207.021</u>	<u>5.002</u>

(i) Redução de capital onde a transferência de recursos se daria futuramente, e, em decorrência da incorporação ocorrida, conforme nota explicativa nº 1 b, o respectivo saldo foi compensado.

(ii) Para detalhe do saldo, veja nota explicativa 23.b

d) Resultado

<u>Resultado</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Compartilhamento de custos (Nota explicativa 25) (i)	19.271	15.138
Compartilhamento de despesas (Nota explicativa 26) (i)	<u>30.349</u>	<u>23.317</u>
Total	<u>49.620</u>	<u>38.455</u>

(i) A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas e custos a receber com suas controladas. O critério de rateio se dá com base na garantia física homologada pela ANEEL para cada controlada em face do total de garantia homologada para todo o Grupo. Os valores possuem expectativa de liquidação em 2022. Os principais gastos compartilhados são:

- Custos com pessoal, tecnologia da informação e comunicação e;
- Despesas legais e advocatícias, seguros e demais serviços de terceiros.

Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2021, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da Companhia, totalizou R\$ 9.127 (R\$ 7.075 em 2020) e inclui salários, honorários e benefícios variáveis.

29 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuíam operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é feito por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas possuem um comitê instaurado permanentemente, que tem por finalidade analisar todos os fatores internos e externos que possam aumentar o risco de crédito, cambial e de liquidez atrelados as operações com instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Companhia e de suas controladas bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros, o risco de crédito de seus ativos financeiros, e o monitoramento regular das cláusulas de *covenants*. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa da Companhia e de suas controladas são monitoradas semanalmente com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e liquidez da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas não efetuaram operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. Os derivativos foram contratados somente com o intuito de proteger o caixa da Companhia e de suas controladas para com suas obrigações expostas ao risco cambial.

Classificação dos instrumentos financeiros

	Nota	Controladora			
		31/12/2021		31/12/2020	
		Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros					
Bancos	6.a	43.381	-	43.698	-
Aplicações financeiras	6.a	-	64.176	-	105
Passivos financeiros					
Fornecedores	14	5.097	-	7.947	-
Empréstimos	15	-	-	129.701	-
Debêntures	16	659.629	-	184.636	-

Consolidado					
		31/12/2021		31/12/2020	
Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	
Ativos financeiros					
Bancos	6.a	57.210	-	76.749	-
Aplicações financeiras	6.a	-	344.919	-	165.879
Contas a receber	7	210.248	7.282	201.425	-
Depósitos Judiciais	28	16.879	-	15.865	-
Fundos vinculados	6.b	-	394.000	-	413.093
Derivativos a receber	30.a	-	-	-	74.603
Passivos financeiros					
Fornecedores	14	76.918	6.390	89.934	74.603
Debêntures	16	1.229.652	-	587.543	-
Empréstimos e financiamentos	15	2.963.719	-	2.994.947	-

Valor justo dos instrumentos financeiros

		Controladora			
		31/12/2021		31/12/2020	
Nota	Nível (*)	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Bancos e aplicações financeiras	6.a	107.557	107.557	43.803	43.803
Fornecedores	14	5.097	5.097	7.947	7.947
Empréstimos	15	-	-	129.701	129.701
Debêntures	16	659.629	659.629	184.636	184.636
Total		772.283	772.283	366.087	366.087

		Consolidado			
		31/12/2021		31/12/2020	
Nota	Nível (*)	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Bancos e aplicações financeiras	6.a	402.129	402.129	242.628	242.628
Contas a receber	7	217.530	217.530	201.425	201.425
Fundos vinculados	6.b	394.000	394.000	413.093	413.093
Derivativos a receber	30.a	-	-	74.603	74.603
Depósitos judiciais	28	16.879	16.879	15.865	15.865
Fornecedores	14	83.308	83.308	164.537	164.537
Empréstimos e financiamentos	15	2.963.719	2.963.719	2.994.947	2.994.947
Debêntures	16	1.229.652	1.229.652	587.543	587.543
Total		5.307.217	5.307.217	4.694.641	4.694.641

(*) A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Técnicas de avaliação dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo

Derivativos a receber / a pagar

Precificação a termo - O valor justo é determinado utilizando taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e ajustado ao valor presente, baseado nas cotações das taxas de câmbio e índices para o cálculo do valor presente, os quais são obtidos junto ao site da B3 em índices referenciais.

Fundos vinculados e aplicações financeiras

O valor justo é determinado com base na aplicação do percentual do índice atrelado ao respectivo ativo financeiro, taxa (DI), considerando o risco de crédito da instituição na qual os recursos estão aplicados.

Compromisso Firme – Fornecedores indexados à moeda estrangeira

Para o valor justo referente a compromisso firme para aquisição de ativo imobilizado, a precificação ao valor de mercado é feita utilizando-se taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e ajustado ao valor presente, baseado nas cotações das taxas de câmbio e índices para o cálculo do valor presente, os quais são obtidos junto ao site da B3 em índices referenciais.

a. Instrumentos financeiros derivativos

As controladas do *cluster* de Serra do Mel Holding possuíam compromissos firmes com fornecedores referentes à compra de ativos imobilizado atrelados ao euro, os quais se qualificavam para a aplicação da contabilidade de *hedge*. Com o intuito de proteger o caixa e principalmente o valor justo das oscilações da moeda estrangeira, mantiveram operações com derivativos por meio de *Non-deliverable Forwards* (NDF). Abaixo são demonstradas as respectivas operações com NDFs, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Controlada	Consolidado em EUR	Valor de referência		Venciment o (Mês/Ano) (c)	Valor justo	
		31/12/2020	31/12/2020		31/12/2020	Efeito acumulado a receber (b)
	Contrato a Termo – NDF	Em EUR	Em R\$ (a)		Em R\$	Em R\$
	Desembolso					
Vila Espírito Santo II	Termo líquido	12.581	80.244	mar/21	20.422	20.422
Vila Espírito Santo II	Termo líquido	1.328	8.573	set/21	2.086	2.086
Vila Espírito Santo II	Termo líquido	1.328	8.530	jul/21	2.106	2.106
Vila Espírito Santo II	Termo líquido	332	2.128	jun/21	529	529
Vila Espírito Santo V	Termo líquido	1.992	12.728	abr/21	3.214	3.214
Vila Espírito Santo V	Termo líquido	2.023	12.903	mar/21	3.284	3.284
Vila Espírito Santo IV	Termo líquido	2.444	15.591	mar/21	3.968	3.968
Vila Espírito Santo IV	Termo líquido	1.328	8.498	mai/21	2.128	2.128

Echoenergia Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Vila Espírito Santo IV	Termo líquido	1.660	10.641	jun/21	2.645	2.645
Vila Espírito Santo III	Termo líquido	6.038	38.511	mar/21	9.801	9.801
Vila Espírito Santo III	Termo líquido	1.328	8.530	jul/21	2.106	2.106
Vila Espírito Santo III	Termo líquido	1.328	8.548	ago/21	2.093	2.093
Vila Espírito Santo III	Termo líquido	332	2.143	set/21	522	522
Vila Espírito Santo I	Termo líquido	913	5.823	mar/21	1.482	1.482
Vila Espírito Santo I	Termo líquido	664	4.243	abr/21	1.071	1.071
Vila Espírito Santo I	Termo líquido	1.328	8.498	mai/21	2.128	2.128
Vila Espírito Santo I	Termo líquido	664	4.256	jun/21	1.058	1.058
Vila Espírito Santo II	Termo líquido	6.990	44.580	mar/21	11.345	11.345
Vila Espírito Santo II	Termo líquido	332	2.143	set/21	522	522
Vila Espírito Santo II	Termo líquido	1.328	8.548	ago/21	2.093	2.093
		46.261	295.659		74.603	74.603

(a) Com base no valor a termo.

(b) Com base no valor justo.

(c) Com o término das obras de construção dos parques eólicos no terceiro trimestre de 2021, as controladas do cluster de Serra do Mel Holding, para a data de 31 de dezembro de 2021, não mais possuíam contratos para aquisição de equipamentos com seu respectivo valor atrelado a moeda estrangeira, bem como derivativos designados como hedge de valor justo com o intuito de proteger o valor dos respectivos equipamentos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os Contratos a Termo – NDF geraram entradas líquidas de caixa no montante de R\$ 80.044, (R\$ 70.502 em 31 de dezembro de 2020).

Abaixo são demonstrados os valores de ganho ou perda com derivativos, designados com hedge de valor justo durante o exercício de 2021 e 2020, reconhecidos no resultado.

	2021	2021
	Derivativos em EUR	Compromisso firme
	(*)	em EUR (*)
Ganho (a)	80.044	-
(Perda) (b)	-	(80.044)
Resultado líquido com derivativos	80.044	(80.044)
	2020	2020
	Derivativos em EUR	Compromisso firme
	(*)	em EUR (*)
Ganho (a)	145.105	-
(Perda) (b)	-	(145.105)
Resultado líquido com derivativos	145.105	(145.105)

(a) NDFs designadas como *hedge* de valor justo

(b) Compromisso firme para aquisição de ativo imobilizado (*hedge*)

30 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência a os limites.

i. Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

Visando a mitigação do risco operacional a Companhia e suas controladas gerenciam o risco operacional da seguinte maneira:

- Profissionais altamente treinados e capacitados.
- Contratos robustos de operação e manutenção.
- Processos sólidos e bem definidos.
- Análises diárias, semanais, mensais da capacidade operacional, bem como dos fatores internos e externos atrelados à operação.
- Acompanhamento dos sistemas de gestão e aplicação das políticas de Meio Ambiente, Saúde e Segurança.
- Centro de controle operacional de alta tecnologia.
- Monitoramento de matriz de risco.
- Gestão do relacionamento com a comunidade.

ii. Risco de crédito

Caixa, equivalentes de caixa e contas a receber

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras e contas a receber é administrado pela tesouraria bem como por um Comitê permanente de suas controladas de acordo com as políticas por estes estabelecidas. Os recursos excedentes de caixa e equivalentes de caixa são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas, com rating AAA, e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. As vendas de energia que geram as contas a receber de suas controladas são pactuadas somente com clientes com capacidade de liquidez e por meio de robustas garantias financeiras. Abaixo são demonstrados os saldos contábeis suscetíveis ao risco de crédito:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	6.a	107.557	43.803	402.129	242.628
Contas a receber	7	-	-	210.248	201.425
Fundos vinculados	6.b	-	-	394.000	413.093
Total das transações no resultado		107.557	43.803	1.006.377	857.146

Derivativos

Os derivativos são contratados com bancos que possuem rating entre AA- e AA+, baseado em agências de rating de crédito. A Diretoria de Controladoria em conjunto com o departamento Financeiro, monitoram constantemente o cenário econômico e os índices atrelados aos derivativos contratados.

iii. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia e de suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e de suas controladas.

A Companhia e suas controladas possuem ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia e suas controladas não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

Fluxos de caixa contratuais						
31/12/2021	Valor	Fluxos de	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5
Controladora	contábil	caixa futuros				anos
Fornecedores	5.097	(5.097)	(5.097)	-	-	-
Arrendamentos	1.619	(1.669)	(840)	(829)	-	-
Debêntures	659.629	(972.399)	(65.730)	(438.815)	(245.976)	(221.878)
Total	666.345	(979.165)	(71.667)	(439.644)	(245.976)	(221.878)

Fluxos de caixa contratuais						
31/12/2021	Valor	Fluxos de	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5
Consolidado	contábil	caixa futuros				anos
Fornecedores	76.026	(76.026)	(76.026)	-	-	-
Debêntures	1.229.652	(1.833.149)	(160.253)	(573.817)	(469.651)	(629.428)
Financiamentos	2.963.719	(3.730.082)	(300.515)	(603.582)	(848.421)	(1.977.564)
Arrendamentos	106.858	(230.668)	(7.017)	(13.188)	(18.535)	(191.928)
Total	4.269.397	(5.869.925)	(543.811)	(1.190.587)	(1.336.607)	(2.798.920)

iv. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia e de suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia e de suas controladas não efetuam investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

v. Risco de preço na venda de energia elétrica

A Companhia vende energia no Ambiente de Contratação Regulado - ACR. No ACR, a venda se dá por meio de contratos provenientes de leilões, cujos preços são pré-determinados, corrigidos por um determinado índice inflacionário. Nesse ambiente, o risco às variações do preço de mercado e ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) decorrem dos ajustes de balanço energético, quando a geração é diferente da energia vendida, liquidados no curto prazo pela CCEE, conforme regras de cada contrato e suas bandas. Parcela substancial da energia vendida está vinculada aos contratos regulados, o que reduz a exposição da Companhia à variação de preços.

vi. Risco de taxas de juros

A Companhia e suas controladas entendem que os riscos de taxa de juros estão ligados a possibilidade de perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

vii. Risco cambial

As controladas estavam expostas ao risco cambial proveniente dos compromissos firmes referentes as aquisições de ativo imobilizado para os projetos de Serra do Mel 2. O risco deriva das oscilações entre o Real (R\$) versus Dólar Norte Americano (USD) e o Real (R\$) versus Euro (EUR). Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o risco estava atrelado somente as oscilações do euro versus dólar.

A política de gestão de risco cambial da Companhia é fazer *hedging* de 100% da sua exposição esperada em moeda estrangeira, em relação aos seus compromissos futuros. A Companhia utilizou contratos futuros para se proteger do risco cambial. Os compromissos futuros atrelados à moeda estrangeira tinham seus vencimentos nos anos de 2021 e 2020. Todos os contratos futuros utilizados foram designados como *hedge* de valor justo.

As controladas designaram o elemento *spot* do contrato de câmbio a termo como o instrumento de *hedge* do risco cambial, aplicando uma taxa de *hedge* de 1:1. Os elementos futuros dos contratos de câmbio a termo são excluídos da designação de instrumento de *hedge*. A política da Companhia e de suas controladas é que as condições críticas dos contratos de câmbio a termo sejam consistentes com o item protegido.

As controladas determinaram a existência de uma relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com base na moeda, no valor e no momento dos respectivos vencimentos. As controladas avaliaram se o derivativo designado em cada relação de *hedge* compensou as mudanças e se foram eficazes na compensação de mudanças no valor justo do item objeto de *hedge*.

O quadro abaixo demonstra a exposição da Companhia atrelada ao risco cambial em 31 de dezembro de 2020, pois para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as controladas não possuíam exposição ao risco cambial.

31/12/2020 Consolidado	<i>Risco cambial atrelado ao USD</i>			
	Até 1 ano em USD	Até 1 ano em BRL	Maior que 1 ano em USD	Maior que 1 ano em BRL
Compra de ativo imobilizado (*)	46.262	215.319	-	-
Contratos futuros utilizados como <i>hedge</i> de fluxo de caixa (**)	(46.262)	(289.922)	-	-
Exposição líquida	-	(74.603)	-	-

(*) Compromisso firme relacionado a compra de ativos imobilizados para o projeto Serra do Mel 2, com base no valor justo em 31/12/2020

(**) NDFs designadas como instrumento de hedge para os compromissos firmes com base no valor justo cotado em 31 de dezembro de 2020.

Análise de Sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação, a Companhia e suas controladas efetuam a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e das controladas em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia e por suas controladas, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco

Variação das taxas de juros e índices	Variação 31/12/202 1	Cenário provável 31/12/2022	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de juros e índices					
TJLP (a)	6,08%	5,80%	5,80%	7,25%	8,70%
IPCA (b)	10,03%	5,03%	5,03%	6,29%	7,55%
Risco de redução das taxas de juros e índices					
CDI (c)	4,42%	11,50%	11,50%	14,38%	17,25%

Risco de aumento (passivo)	Índice	31/12/2021	Sensibilidade				
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
Financiamentos	CDI (c)	(334.373)	(38.453)	(48.066)	(57.680)	(28.840)	(19.226)
Financiamentos	TJLP (a)	(1.275.070)	(73.954)	(92.443)	(110.931)	(55.466)	(36.977)
Financiamentos	IPCA (b)	(1.354.276)	(68.120)	(85.150)	(102.180)	(51.090)	(34.060)
Debêntures	IPCA (b)	<u>(1.229.652)</u>	<u>(61.851)</u>	<u>(77.314)</u>	<u>(92.777)</u>	<u>(46.389)</u>	<u>(30.926)</u>
Total		<u>(4.193.371)</u>	<u>(242.378)</u>	<u>(302.973)</u>	<u>(363.568)</u>	<u>(135.396)</u>	<u>(101.963)</u>
Risco de redução (ativo)							
Aplicações financeiras e fundos vinculados	CDI (c)	<u>738.919</u>	<u>84.976</u>	<u>106.220</u>	<u>127.464</u>	<u>63.732</u>	<u>42.488</u>

(a) Taxa de juros de longo prazo - Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo.

(b) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo.

(c) Certificado de Depósito Interbancário - Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo.

31 Compromissos contratuais e garantias

Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia e suas controladas para os anos subsequentes.

	Consolidado				
	2023	2024	2025	2026	2027 a 2037
(CUST / CCT) (a)	66.883	66.930	66.930	66.930	736.234
Contratos de (O&M) (b)	95.427	99.048	107.068	115.685	1.272.535
Total	162.310	165.978	173.998	182.615	2.008.769

a. Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/CCT) e ao uso do sistema de distribuição (CUSD)

Durante toda a operação dos projetos, as controladas irão incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Contratos de Conexão (CCT) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2022 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2021/2022 (julho/21 a junho/22) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2023 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2021/2022.

b. Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

As controladas possuem contratos de longo prazo com o objetivo de garantir a operação e manutenção dos aerogeradores dos seus parques.

32 Cobertura de seguros e garantias financeiras

Por estar exposta a possíveis sinistros em suas atividades operacionais e administrativas, a Companhia adota uma política de contratação de seguros e garantias financeiras a fim de garantir o perfeito funcionamento de suas operações, que estão sujeitas a (i) impactos negativos externos e falhas operacionais e (ii) eventuais reflexos de danos que impactam terceiros. A política adotada pela Companhia possui os seguintes seguros descritos:

D&O – Garante até o limite máximo de indenização contratada para cobertura de despesas judiciais e indenizações relacionadas a reclamações que recaiam sobre os conselheiros, diretores, gerentes e/ou qualquer pessoa física com cargo de gestão na Companhia

Garantia fiel cumprimento - Garante até o limite máximo de indenização as obrigações contratuais, sejam elas financeiras ou operacionais relacionadas as construções dos parques eólicos.

Garantia financeira CCT – Garante até o limite máximo de indenização a cobertura para inadimplência dos pagamentos de custos com a conexão no sistema de transmissão, sendo seu beneficiário/segurado a transmissora de energia.

Responsabilidade civil operação– Garante até o limite máximo de indenizações relativas à reparação por danos corporais, materiais e morais causados a terceiros.

Responsabilidade civil obras – Garante até o limite máximo de indenizações relativas à reparação por danos corporais, materiais e morais causados a terceiros durante a fase de construção dos parques eólicos.

Risco de engenharia – Garante até o limite máximo de indenização danos estruturais decorrentes da fase de construção dos parques.

Risco operacional – Garante até o limite máximo de indenização danos ao patrimônio/ativos em operação.

O quadro abaixo demonstra o valor coberto por garantias e apólices de seguros:

Tipo	Valor em risco coberto em	
	31/12/2021	31/12/2020
D&O	100.000	60.000
Garantia fiel cumprimento	137.280	194.935
Garantia financeira CCT	9.878	9.399
Responsabilidade civil operação	20.000	20.000
Responsabilidade civil obras	1.116.031	911.164
Risco de engenharia	1.588.100	1.551.722
Risco operacional	8.065.469	7.541.686
Total	11.036.758	10.288.906

33 Programa de remuneração baseado em ações

O Conselho de Administração aprovou em 12 de setembro de 2017, o programa de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, com o objetivo de estimular a expansão, êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia, além alinhar os interesses dos beneficiários contemplados pelo Programa aos interesses da Companhia.

Os beneficiários terão direito ao prêmio se atenderem a condição de serviço de três anos somado a um evento de saída do atual controlador, com termos definidos no programa. O programa será pago em caixa e valorizado com base na apreciação do patrimônio da Companhia (SARs) de acordo com cálculo específico definido no programa.

Abaixo demonstramos os impactos para o ano de 2021, considerando a assinatura do contrato de compra e venda de ações para troca de controle da Companhia ocorrida em 28 de outubro de 2021.

Detalhes dos passivo:

	2021
Valor justo dos passivos (SARs)	220.027
Valor intrínseco em relação a direitos já adquiridos (<i>vested</i>)	207.021

Detalhes do resultado:

	2021
Despesas com pessoal - Direitos adquiridos no período (Vested)	(68.935)
Resultado financeiro - Valorização de direitos adquiridos outros períodos (a)	(138.086)

(a) De acordo com a opção de política contábil da Companhia, as remensurações do valor justo do passivo, após o reconhecimento inicial são reconhecidas no resultado financeiro. O reconhecimento inicial é classificado como despesa com pessoal no resultado.

34 Transações que não afetam caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram realizadas as seguintes transações que não envolveram caixa ou equivalentes de caixa:

	Nota	Controladora	
		31/12/2021	31/12/2020
(Aumento) redução em outras contas a receber	-	5.096	-
(Aumento) redução em dividendos a receber	1.b	(5.096)	-
Aumento (redução) em integralização de capital social	22.a	3.775	(3.775)
(Aumento) redução em investimentos em controladas	1.b / 10	(1.609)	1.609
Aumento (redução) em reserva de capital	1.b / 10	(2.166)	2.166
Aumento (redução) em outras contas a pagar	-	18.027	-
(Aumento) redução em ativo intangível	13	(18.027)	-

	Nota	Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020
(Aumento) redução em derivativos a receber	30.a	74.603	(74.603)
Aumento (redução) em fornecedores	14	(74.603)	74.603
Contas a receber de Partes relacionadas	28.c	(207.021)	-
Juros sobre financiamentos capitalizados	15	16.077	5.642
Custo de captação incorrido	15	2.827	-
Juros sobre arrendamento	11	478	-
(Aumento) em ativo imobilizado	12	(19.382)	(5.642)
(Aumento) Redução em ativo de direito de uso	11	10.776	(18.048)
Aumento / (Redução) em passivo de arrendamento	11	(15.557)	13.225
Aumento em provisão para desmobilização	19	4.781	4.823
Aumento em outras contas a pagar	-	18.027	-
(Aumento) em ativo intangível	-	(18.027)	-

35 Eventos subsequentes

a. Troca de controle

Em 28 de Outubro de 2021, foi celebrado um Contrato de Compra e Venda de Ações, entre a Equatorial Energia, na qualidade de compradora, e Ipiranga Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, na qualidade de vendedor, detido por investidores sob a gestão da Actis LLP, onde as partes acordaram, dentre outras matérias, a aquisição de 100% das ações representativas do capital social da Echoenergia Participações S.A.

A transação estava condicionada ao cumprimento de condições precedentes usuais a este tipo de transação, incluindo, entre outras, (a) aprovação do CADE; (b) anuência de credores com relação à troca de controle direto e/ou indireto da Echoenergia e suas subsidiárias, no âmbito dos contratos de financiamento e instrumentos de garantia celebrados pela Sociedade e suas controladas; e (c) aprovação em assembleia geral da Equatorial nos termos do artigo 256 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 03 de março de 2022, com as condições precedentes para a conclusão da operação implementadas, a Equatorial Transmissão S.A., subsidiária integral da Companhia, tornou-se titular de 100% (cem por cento) das ações representativas do capital social da Echoenergia, pagando o valor total de R\$ 7.034.084 assumindo assim o controle da Echoenergia Participações e suas controladas.

Na mesma data fora liquidado o plano de pagamento baseado em ações previsto pela Companhia.

b. Mudança de regime tributário

Para o exercício de 2021, as controladas indiretas da Companhia do *Cluster* de Serra do Mel 2 passaram a adotar o lucro presumido para a apuração do IRPJ e da CSLL e o regime cumulativo para o Pis e a Cofins

c. Entrada em operação

As controladas indiretas da Companhia Vila Espírito Santo IV Empreendimentos e Participações S.A iniciaram suas atividades de geração e venda de energia no mês de janeiro de 2022.